

# Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira 10.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 601 / € 1,50 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

## PSP E GNR TÊM 1,5 MILHÕES DE OBJETOS À SUA GUARDA, ALGUNS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA

Auditoria da IGAI sinaliza problemas na gestão dos bens apreendidos pelas polícias. Há 3384 veículos, 470 mil peças de vestuário e calçado e muitos bens a degradar-se, há vários anos, e a onerar as forças de segurança. Tribunais não estão a cumprir a lei e a inspetora-geral pediu audiência à PGR e ao Conselho Superior da Magistratura.

PÁG. 11



**PASSOS COELHO  
APELA AO DIÁLOGO À DIREITA  
COM OS OLHOS POSTOS  
NO PALÁCIO DE BELÉM**

PÁGS. 4-5

### Contas Públicas

Conselho das Finanças pede ao Governo contas bem feitas e consensos entre partidos

PÁG. 17

### Crescimento

O revitalizado mercado de trabalho do Japão oferece uma lição: as mulheres podem surpreender-nos

PÁGS. 14-15

### Polémica

Musk chama "ditador brutal" a juiz do Supremo do Brasil

PÁG. 19

### Homenagem.

Sven-Göran Eriksson fará um último estágio pelo Benfica

PÁG. 22



**FESTA DO CINEMA ITALIANO FILMES MAIS VIVOS DO QUE NUNCA!**

PÁGS. 24-25



# Até ver...

## Rui Frias

Editor do Diário de Notícias

# A pressa em ir ao fundo

Uma investigação publicada há poucos dias na revista *Science Advances* dava conta de que, em África, mais de um terço da população dos grandes símios como gorilas, chimpanzés e bonobos está ameaçada pelo aumento da exploração mineira provocada pela crescente procura de minerais fundamentais para a transição energética, como o lítio ou níquel. Para que possamos continuar a usar os *smartphones*, *laptops* ou carros elétricos que moldam a paisagem de um futuro construído com promessas de energia limpa, há também uma pegada de estragos cuja real dimensão vamos destacando a pouco e pouco.

O renovar de um alerta já conhecido, agora reforçado com novos dados recolhidos pelo estudo feito em 17 países africanos, chegou numa altura em que na Jamaica, no meio do mar das Caraíbas, parte do imaginário de grandes aventuras oceânicas, mais de 190 delegados e observadores se reuniram, entre 18 e 29 de março, para aquela que foi a primeira parte da 29.ª sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA). E se o nome desta organização dirá pouco à maioria dos mortais, é ali que se debate atualmente um dos mais importantes temas para o futuro do planeta.

Ora, a ISA é uma organização intergovernamental criada ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, na sigla inglesa) de 1982 para desenvolver regras, regulamentos e procedimentos relativos à exploração comercial de recursos minerais do mar profundo. Ou seja, é quem tem o poder de autorizar ou não a mineração no fundo do mar, fora das zonas económicas exclusivas de qualquer país. Precisamente o próximo passo que a indústria de extração mineira quer dar, com o apoio entusiástico de uma mão-cheia de países que se posicionam já na corrida aos novos tesouros dos oceanos, sedentos por pôr as mãos nos milhões de tonela-

das de minerais, como o níquel, o cobre ou o cobalto, que se encontram em densos nódulos em metal no fundo do mar.

Acontece que este mergulho comercial nas profundezas dos oceanos levanta, naturalmente, uma série de dúvidas e interrogações. Desde logo, à comunidade científica, preocupada com os impactos ainda desconhecidos da mineração em águas profundas. É que, apesar de a Terra ser principalmente um mundo aquático – com mais de 70% da sua superfície coberta por oceanos –, sabemos ainda muito pouco sobre o que reside debaixo de água.

Atualmente, apenas cerca de 20% do fundo do mar foi mapeado. Para se ter uma ideia de quão grande é o mistério, uma pesquisa liderada por investigadores do Museu de História Natural de Londres na Zona Clarion-Clipperton, uma vasta área rica em minerais no Oceano Pacífico, concluiu que existirão ali cerca de 5000 animais marinhos completamente novos para a ciência, juntando mais um grande aviso sobre os potenciais custos que a extração comercial subaquática pode ter para a biodiversidade e para a sustentabilidade do planeta.

No entanto, os modernos garimpeiros têm pressa. Em janeiro deste ano, a Noruega decidiu mesmo lançar-se já ao mar em busca dos metais preciosos, numa área de 280 mil km<sup>2</sup> dentro da sua fronteira marítima, no Ártico, sem precisar, portanto, da autorização da ISA para o fazer – as regras internacionais estipulam que a fronteira marítima de qualquer país se estende até 200 milhas náuticas.

No seio da ISA – que inclui 167 Estados-membros, mas entre os quais não se encontram os EUA –, a discussão acelerou nos últimos tempos, muito por culpa da pequena república de Nauru, a menor nação insular do mundo, que, depois de ter esgotado as reservas de fosfato (com brutais impactos ambientais que perduram), procura agora encontrar

uma alternativa na mineração do mar profundo no Pacífico, em parceria com a empresa multinacional The Metals Company (TMC). Aproveitando uma lacuna legal, o pequeno país oceânico ativou uma regra que estipula que o Conselho da ISA adote uma regulamentação para a exploração comercial do fundo dos mares no prazo de dois anos após a receção da notificação. Nauru e a TMC decidiram aguardar até ao final desta 29.ª sessão anual da ISA – que terá a sua terceira e última parte em novembro – para avançar com o pedido de exploração, colocando assim pressão sobre uma decisão até final deste ano.

Países como a China, Índia e Coreia do Sul também aguardam impacientemente o desfecho das negociações, num jogo de pressões que arrisca um salto sem retorno nas incertezas da sustentabilidade da mineração oceânica. A dar voz a estas preocupações, um conjunto de 25 países, de várias geografias, já apelou a uma moratória, enquanto não existem estudos suficientes para confirmar que a mineração em águas profundas não irá gerar efeitos nocivos nos ecossistemas oceânicos, o maior captor de carbono do planeta. Entre esses países está Portugal, faltando conhecer a postura do novo Governo em relação a esta matéria.

“Por que estão as empresas e os Governos determinados a iniciar a mineração em escala comercial de metais raros quando tão pouco se sabe sobre os seus impactos mais amplos?”, questionava em março o editorial da revista científica *Nature*. Se a sustentabilidade deve ser o princípio orientador de qualquer projeto de transição energética, de nada serve mudar apenas o tipo de recurso ou de superfície a explorar fechando os olhos às potenciais consequências. Temos agora uma oportunidade de não cometermos no mar os mesmos erros que cometemos em terra. Porquê tanta pressa em ir ao fundo?

# OS NÚMEROS DO DIA

# 55

## CRIANÇAS

O naufrágio de uma embarcação de pesca em Nampula, norte de Moçambique, no domingo, provocou a morte de pelo menos 98 pessoas, num número que ainda pode crescer nos próximos dias, pois há vários desaparecidos. Entre os óbitos já confirmados, a polícia moçambicana adiantou ontem que existem 55 crianças. Das 130 pessoas que iam a bordo da embarcação, havia ontem registo de apenas 16 sobreviventes.

# 98,7

## POR CENTO

dos votos foi quanto obteve Hugo Soares, que assim foi eleito líder do grupo parlamentar do PSD. Entre os 77 deputados social-democratas votantes foram registados 76 votos a favor e um voto em branco.

# 94

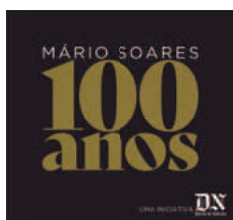
## ANOS

Peter Higgs, cientista que previu a existência da partícula hoje conhecida por *Bosão de Higgs*, morreu ontem aos 94 anos. O físico britânico venceu o prémio Nobel da Física em 2013.

# 8500 000

## REFUGIADOS

A Guerra Civil no Sudão já fez mais de 8,5 milhões de deslocados, com 1,8 milhões de pessoas obrigadas a fugir do país, revelou a ONU, nas vésperas de um ano de conflito.



10.4.2024

**Direção interina:** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia, Sofia Fonseca e Valentina Marcelino **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ªA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em [www.dn.pt](http://www.dn.pt). Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.





# PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

## No DN



## ONU reunia devido a conjuntura económica

TEXTO ISABEL LARANJO

O estado da economia mundial preocupava as Nações Unidas. *O grave problema das matérias-primas: Pela primeira vez a O.N.U. convocou uma sessão especial de natureza económica*, titulava o DN, há 50 anos. “Foi perante uma imponente reunião de seis chefes de Estado, dois primeiros-ministros-adjuntos, 45 ministros dos Negócios Estrangeiros e dez ministros do Comércio e das Finanças, que o secretário-geral da O.N.U., Kurt Waldheim, deu o tom à assembleia extraordinária da O.N.U. sobre matérias-primas e desenvolvimento, salientando que era urgente encontrar um remédio para a atual conjuntura económica mundial e que só uma verdadeira comunidade internacional o poderia encontrar”, podia ler-se, no texto que acompanhava a manchete. “Disse Waldheim que a questão que se põe à assembleia é a seguinte: ‘A crescente interdependência das nações do mundo é uma força positiva ou uma força negativa?’”, escrevia o DN.

“O secretário-geral recomendou à assembleia que atue em seis domínios básicos: atacar a miséria que afeta dois terços dos habitantes deste planeta, limitar a popula-

ção mundial, que sofrerá um aumento de mais de quatro milhões de almas durante as três semanas da sessão, constituir reservas alimentares para se poder enfrentar as situações críticas, conservar os recursos energéticos, diminuir as despesas militares, estabelecer um sistema monetário eficaz e atacar o ‘cancro da inflação’.”

De França chegavam notícias da campanha eleitoral para a presidência da república. *Episódio dramático na campanha eleitoral: Malogrou-se a tentativa do primeiro-ministro francês para refazer a unidade gaulista*, titulava o DN. “Pierre Messmer dirigiu um apelo aos candidatos da maioria para que renunciassem a seu favor, mas, não tendo conseguido persuadir Chaban-Delmas, acabou ele próprio por desistir de se apresentar ao sufrágio”, lia-se no subtítulo. Depois, uma declaração de Pierre Messmer: “A minha decisão é irrevogável.”

O navio *Niassa*, usado para transportar militares para a guerra do Ultramar, foi alvo de um atentado e o DN dá conta disso numa fotolegenda, na primeira página.

Patricia Harris, a primeira embaixadora dos Estados Unidos, foi eleita *Mulher do Ano*.

## Onde eu estava

**Io Apolloni** nasceu em 1945, em Camino di Verchiano, Perúgia, Itália. Cresceu em Roma. Chegou a Portugal há 59 anos. É atriz.



Tinha 20 anos quando cheguei a Portugal, já então com estatuto de vedeta. Dançava, cantava, representava e ainda mostrava as pernas, um belo par de pernas, por sinal. Vim a convite de um empresário do teatro, convencido definitivamente por uma reportagem que a revista *Plateia* fez comigo, era eu atração internacional no casino de Gibraltar.

Corria 1965. Em contraste com Madrid, onde tinha trabalhado várias vezes, Lisboa parecia-me uma cidade enfadonha e sem cor. Porém, habitada por gente extraordinária.

Aterrei aqui sem perceber nada de política. Sem noção de que estava num país sob ditadura. Só em 1972, o ano em que iniciei o meu relacionamento amoroso com Eduardo Geada, homem cultíssimo e muito politizado, percebi o que se passava à minha volta. A censura.

Decisivo nesse meu despertar, Eduardo fora-me apresentado por Artur Semedo, num jantar inesquecível em que me atirei a ele, rapaz lindo, tímido e reservado, de uma maneira descarada. Vergonhosa, diria, para a época. Não para mim, uma mulher que

se considerava livre. Ele foi à minha escola. Comecei a perceber o que era o fascismo, o que era machismo – foi a mim que a PIDE deu 48 horas para deixar o país quando soube que eu andava com um homem casado. A culpa, naturalmente, era da amante.

Apaixonei-me por Camilo de



*“Na manhã de 25 avisaram-nos que estava a acontecer uma revolução em Lisboa. Desses dias, lembro-me de descer a Avenida (mais do que nunca) da Liberdade a correr. Feliz.”*

Oliveira pouco depois de chegar a Portugal. Não havia o divórcio. Quando fui chamada à António Maria Cardoso, amigos meus muito próximos de Silva Pais, diretor da PIDE, intercederam. Ficou tudo em águas de bacalhau.

Devo dizer que Camilo sempre me apoiou. Saiu de casa mal começou a andar comigo. Devo ainda dizer que não senti a repressão do meio. Todos perceberam. O que começou por ser uma brincadeira acabou numa paixão assolapada, uma forte atração sexual que é, como se sabe, um motor poderoso.

Não nos escondíamos. Frequentávamos o Porão da Nau, uma boíte do Vasco Santana, junto ao Saldaanha. Ali ceávamos e dançávamos até às três da manhã. Mas, repito, na moral vigente não deixava de ser a ilegítima.

Engravidei. Nessa altura, faltava-me preparação para ser mãe. Decidi, com Camilo, fazer um aborto. Clandestino, naturalmente. Ao medo da morte juntava-se o medo da denúncia. Sabia que podia ser presa, embora a prática estivesse longe de ser rara. Não conhecia médicos, nem enfermeiras que pudessem ajudar-me. Fiz um aborto sem anestesia e higiene necessárias. Correu muito mal – o aborto clandestino atirou-me para uma cama do Hospital de Santa Maria durante um mês e três dias. O Camilo ia ver-me todos os dias. Os meus colegas também. Os médicos que me socorreram não apresentaram queixa. Voltaria a engravidar em 1968, numa visita de Camilo a Madrid onde então eu estava a trabalhar. Decidi ter o meu filho. Quem mandava no meu corpo era eu.

Escondi essa relação dos meus pais. A religiosidade da minha família marcou a minha infância. Aos 11 anos queria ser freira. Filha e irmã de acordeonistas, tinha 15 anos quando decidi que seria atriz. Matriculei-me no Centro Experimental de Cinematografia (onde cheguei a conhecer Elizabeth Taylor e Richard Burton, então a filmar *Cleópatra*). Quando soube, a minha mãe fechou-me em casa durante 20 dias. Tive então de explicar aos meus pais que seguiria aquele caminho, nem que tivesse de esperar pelos 21 anos.

A 24 de abril de 1974 estava em Elvas, com uma *tourné*. Na manhã de 25 avisaram-nos que estava a acontecer uma revolução em Lisboa. Desses dias, lembro-me de descer a Avenida (mais do que nunca) da Liberdade a correr. Feliz.

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles



# DIREITA

## Passos Coelho agita PSD e Chega de olhos postos na corrida ao Palácio de Belém

**APELO** Palavras do antigo primeiro-ministro para que os partidos vejam o “sinal muito claro” que os eleitores deram nas legislativas foi aproveitado por André Ventura e criou embaraço no Governo de Luís Montenegro. Além de alimentar “especulações” acerca das ambições presidenciais de Passos Coelho. “Não há coincidências”, comenta o ex-ministro social-democrata Rui Gomes da Silva, um dos autores do manifesto Portugal em Primeiro, que advogou entendimento com o Chega para formar “uma maioria sólida”. Menos taxativo, José Miguel Júdice cita Agustina Bessa-Luís: “A indefinição sobre os nossos objetivos é a nossa liberdade.”

TEXTO LEONARDO RALHA

Seis anos após renunciar ao seu mandato de deputado, sem nunca mais ser eleito para qualquer cargo, o antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho agitou a direita com declarações vistas como um apelo ao seu partido para se entender com o Chega. E alimentaram especulações sobre a sua entrada na corrida às presidenciais de 2026.

“É fundamental olhar para as pessoas que ficaram desiludidas nestes anos e que deram um sinal muito claro, nas últimas eleições, de que estão cansadas. E é bom que todos aqueles que receberam um voto de confiança muito forte para pôr um fim a isto ponham realmente um fim e ofereçam às pessoas razões para acreditarem que vale a pena fazer um jogo diferente”, disse Passos Coelho na segunda-feira, ao apresentar o livro “Identidade e Família”, que junta textos de 22 autores conotados com a direita conservadora e que atacam o que descrevem como a “destruição da família tradicional”.

Entre muitas críticas à esquerda, com o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, a prometer combate a “um discurso de extrema-direita”, os sociais-democratas que contes-

tam a estratégia “não é não” de Luís Montenegro, no que toca ao Chega, não tardaram a reagir. Para o ex-ministro Rui Gomes da Silva, co-autor do manifesto Portugal em Primeiro, que advoga o entendimento do PSD com o Chega para formar “uma maioria sólida” - depois de a Aliança Democrática só ter conseguido eleger 80 deputados -, o estatuto de Passos Coelho “permite-lhe que diga, com grande frontalidade, simplicidade e antecedência”, o que outros militantes

● Para Gomes da Silva, o estatuto de Passos Coelho “permite-lhe que diga, com grande frontalidade, simplicidade e antecedência”, o que outros têm dúvidas em expressar.

têm dúvidas em expressar. Contra os “principais ideólogos do Governo”, que “precisam do voto ao centro para tentarem ser Presidente da República, o que nunca serão”, diz que mais facilmente será esse o destino de quem foi primeiro-ministro entre 2011 e 2015.

“Se ele quiser, pode sempre ser”, reforça Gomes da Silva, para quem “não há coincidências” no *timing* teor das palavras de Passos Coelho, no que assume ser uma referência ao livro da “irmã [Margarida Rebelo Pinto] da senhora ministra do Trabalho”, Maria do Rosário Palma Ramalho, mãe da vice-presidente do PSD, Inês Palma Ramalho.

Apesar de sublinhar que está a fazer “mera especulação”, também o advogado e comentador José Miguel Júdice admite que uma das três explicações para a intervenção de Passos Coelho é a vontade de posicionar na sucessão de Marcelo Rebelo de Sousa, até por ser “um candidato que o PSD dificilmente poderá recusar”. Mas pode estar a dar uma ajuda a Montenegro, “tentando convencer o Chega a moderar-se”, com vista à aprovação do Orçamento do Estado, ou precisamente o inverso, elevando a pressão sobre o novo primeiro-minis-

tro. “A indefinição sobre os nossos objetivos é a nossa liberdade”, diz, citando Agustina Bessa-Luís.

Por seu lado, o ex-ministro Ângelo Correia diz que enveredar numa “guerra cultural que era inevitável”, com o foco na defesa da conceção tradicional de família, tem potencial para “arrastar contra a esquerda” o PSD e o Chega. E vê surgir um “núcleo fundamental cimentador da unidade da direita”, patente na forma como o primeiro Conselho de Ministros deste Governo reverteu o símbolo da República.

Quanto a Passos Coelho, muitas vezes visto como “liberal em demasia”, Ângelo Correia defende que se

“deslocou para as guerras identitárias”. Um tema que deve suscitar “reflexão profunda” no PSD.

### Alheamento e críticas no PSD

Certo é que entre os sociais-democratas alinhados com a liderança de Montenegro não houve vontade de dar protagonismo ao apelo de Passos Coelho, e muito menos ao livro “Identidade e Família”. Na Livraria Bucholz, em Lisboa, foram raros os sociais-democratas, com o deputado municipal portuense Miguel Corte Real (outro autor do manifesto Portugal em Primeiro) e o ex-líder da concelhia lisboeta, Paulo Ribeiro, a contrariarem a regra. Mas







## COM O APELO DE PASSOS COELHO A DOMINAR O DEBATE PÚBLICO, FOI NOTÓRIO O DESCONFORTO NO PSD.

do CDS-PP estava o presidente, Nuno Melo, e os antecessores Manuel Monteiro e José Ribeiro e Castro, enquanto o Chega levou uma comitiva de peso: o líder André Ventura, Diogo Pacheco de Amorim e Rita Matias.

Ontem, com o apelo de Passos Coelho a dominar o debate público, era notório o desconforto no PSD. O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, admitiu o “interesse mediático”, mas contrapôs ser “fundamental” discutir o programa de Governo. E o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, acabado de ser eleito, disse que o antigo líder social-de-

Confortável na oposição ao que diz ser o bloco central dos interesses, Ventura “sabe que o eleitorado de um partido de direita radical é muito volátil”, diz Riccardo Marchi.

mocrata “terá feito um apelo ao diálogo com todos os partidos”.

Frontalmente contra a abertura de Passos Coelho a teses conservadoras, o antigo vice-presidente do PSD, André Coelho Lima, recorreu ao Twitter para se demarcar “em absoluto de visões que, mais do que desajustadas temporalmente, são sobretudo desajustadas face à visão de sociedade que tenho e por que luto”, que o ex-deputado descreve como “inclusiva, integracionista, respeitadora das diferenças e, numa palavra, humanista”.

Enquanto militante e ex-dirigente do PSD, Coelho Lima deixou claro “que um partido que tem inscri-

tos nos seus princípios o humanismo, o personalismo, a tolerância, o direito à diferença, a autodeterminação da pessoa humana e a igualdade de oportunidades, não se sente nem pode sentir representada por opiniões que andem absolutamente arredias destes princípios, que neste partido são fundacionais além de fundamentais”.

### Aproveitamento de Ventura

Estudioso do fenómeno da direita radical, e do Chega em particular, o investigador universitário Riccardo Marchi diz ao DN que Passos Coelho lhe pareceu “desconfortável com a proximidade” de André Ventura no lançamento do livro “Identidade e Família”, no qual o líder partidário ouviu “um discurso mais próximo do Chega do que do atual PSD” e encontrou “um caminho de convergência” que “talvez permita um candidato presidencial”.

Marchi destaca a “capacidade de aproveitar estes momentos” demonstrada por Ventura, recordando a conferência do Movimento Europa e Liberdade, em 2021, quando o ainda deputado único do Chega se foi sentar ao lado do antigo primeiro-ministro, na primeira fila do auditório da Culturgest, concentrando as atenções dos repórteres fotográficos.

“Já naquela altura havia a necessidade de encontrar uma referência forte no PSD”, defende o investigador, para quem Ventura vê Passos Coelho como a melhor forma de contornar o “não é não” de Luís Montenegro. Isto porque, embora esteja confortável na oposição ao que diz ser o bloco central dos interesses, “sabe que o eleitorado de um partido de direita radical é muito volátil”. E isso é problemático para quem deseja ser primeiro-ministro, seguindo o exemplo de governantes como a italiana Giorgia Meloni, ainda que os Irmãos de Itália sejam de uma família europeia diferente. “Desse ponto de vista, não se importaria que houvesse um candidato presidencial que não fosse ele, mas que garantisse uma boa relação”, diz Marchi, recordando que Passos Coelho “foi o único que não o deixou cair no PSD em 2017”, quando o ainda social-democrata era candidato à Câmara de Loures e viu o CDS-PP desistir da coligação devido aos seus ataques à comunidade cigana.

Muito próximo de Ventura nessa altura, e na fundação do Chega, o agora vereador independente da Câmara de Sintra, Nuno Afonso, acredita que a aproximação de Passos Coelho ao partido mais à direita na Assembleia da República é indissociável da ideia de que, com uma candidatura a Belém apoiada pelo PSD e pelo Chega, “pode ganhar a Costa ou a Guterres”. Algo que, em sua opinião, não colide com as ambições de André Ventura, que “quer ser primeiro-ministro primeiro, e conseguir mudar para um regime presidencialista”.

“Há partidos que são os moderados do sistema, e esses partidos devem dialogar exatamente porque os extremos são perigosos: os extremos à direita e os extremos à esquerda.”

Carlos Moedas,  
Presidente da Câmara de Lisboa

“Conheço-o [a Pedro Passos Coelho] há muitos anos e confio que ele saberá sempre, e em cada momento, avaliar bem o que é importante para o país.”

José Pedro Aguiar-Branco,  
Presidente da Assembleia da República

“É assustador que um ex-primeiro-ministro tenha alinhado neste discurso, que é um discurso da extrema-direita, que deve ser sempre combatido pelo PS sem hesitação.”

Pedro Nuno Santos,  
secretário-geral do PS

É uma questão entre Pedro Passos Coelho e Luís Montenegro, eles têm obviamente de decidir isso [o diálogo entre o PSD e o Chega] entre eles. Não é uma questão que preocupe a Iniciativa Liberal.”

Rui Rocha  
Presidente da Iniciativa Liberal





Os 59 membros de Governo após o Conselho de Ministros informal, que aconteceu em Óbidos.

# Principais medidas da AD para 2025 valem 3,5 mil milhões de euros

**CONTAS** Valor para o próximo ano não inclui medidas para polícias, médicos e oficiais de justiça que podem ser incluídos num Orçamento Retificativo. Os professores já estão contemplados no Programa do Governo. Devolver o tempo de serviço até 2028 custa 60 milhões de euros por ano.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

O valor está definido: 7240 milhões de euros. É este o custo total das “principais medidas” do programa eleitoral da AD que, presumivelmente, se transformará em Programa do Governo (que, hoje, é aprovado em Conselho de Ministros e entregue no Parlamento, e discutido e votado amanhã e sexta-feira).

Como é explicado no programa, estes 7,2 mil milhões dizem respeito a oito medidas em concreto, quatro de reforma fiscal e outras tantas na área dos apoios sociais. Por exemplo: reduzir gradualmente o IRC às empresas de 21

para 15% ao ritmo de 2 pontos percentuais ao ano, de 2025 a 2027, custará 1,5 mil milhões, segundo os cálculos plasmados no programa. Já em matéria de apoios sociais, a AD prevê que a reposição gradual do tempo de serviço dos professores, entre 2025 e 2028, terá um custo de 60 milhões de euros/ano (o que representa 240 milhões de custo total).

Ainda em matéria de reforma fiscal, o programa político da AD prevê a eliminação do IMT e do Imposto de Selo na compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, a aplicar em 2025. Isto terá um custo de 500

milhões de euros. É também previsto o aumento gradual do Complemento Solidário para Idosos até 820 euros, entre 2025 e 2028, com uma “estimativa alta” de custo na casa dos 200 milhões de euros anuais, o que totaliza 800 milhões de impacto nas contas do Estado.

Por sua vez, no programa eleitoral do PS, todos os valores apresentados ou dizem respeito ao investimento feito em determinada área em oito anos de Governo ou, então, são aqueles que seriam apresentados no Programa de Estabilidade. Desse lado da barricada, o agora deputado e ex-ministro das Finanças, Fernando Medi-

na, já veio deixar críticas aos números apresentados pelo Governo. Numa entrevista à rádio Observador, o também ex-autarca de Lisboa afirmou que o programa da AD é “profundamente despesista”. E até considerou que “o conceito de um país rico, abundante em dinheiro, disponível para ser gasto em tudo e em todos os problemas” foi criado pelos sociais-democratas e não pelo PS.

No entanto, o próprio Fernando Medina apontou, a 25 de março, que havia um saldo positivo (excedente de 1,2% em 2023), fruto de “boas políticas públicas”, o que resultou num “crescimento econó-

## 7240

**Milhões** O programa da Aliança Democrática (AD) apresenta uma estimativa de quanto custam “as principais medidas” políticas. Ao todo, serão mais de 7,2 mil milhões de euros até 2028.

## 15%

**IRC** A AD defende, no seu programa, que quer reduzir este imposto desde os 21% até aos 15%. A medida será aplicada ao longo de 2025 a 2027, e tem um custo estimado de 1,5 mil milhões.

## 800 milhões

**Idosos** Querendo reconciliar-se com os pensionistas, a AD defende, entre 2025 e 2028, aumentar gradualmente o Complemento Solidário para Idosos até 820€. O custo total é de 800 milhões.



mico mais elevado, de mais emprego e de maiores crescimentos salariais do que o previsto”.

#### Dos cadernos de encargos à necessidade de consensos

Da parte do PS, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, já sabe que terá disponibilidade para chegar a um acordo que permita responder a estas questões dos setores mais críticos (polícias, médicos, professores e oficiais de justiça). E PS e Governo vão reunir-se em breve. Mas, como disse a carta de resposta do primeiro-ministro a Pedro Nuno Santos, “o tempo e o modo” da reunião serão definidos pelo Governo, após reunião com os sindicatos.

Na Saúde, as ordens profissionais entregaram um caderno de encargos ao primeiro-ministro com o objetivo de lançar a discussão sobre a melhoria do setor. Em linhas gerais, as ordens da Saúde (que vão desde os Biólogos aos Veterinários) querem mais investimento no setor, um reforço de profissionais, mais investigação e, ainda, integrar tecnologias para a eficácia e eficiência do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

As negociações, admitiu Luís Montenegro, são de “elevada complexidade”. E para se chegar a um acordo é necessário haver “consensos”, algo que o primeiro-ministro já pediu ao PS que deve decidir entre ser “oposição democrática ou bloqueio democrático”. Isto já depois de o PS ter referido, aquando da audição partidária pós-eleições, no Palácio de Belém, que estaria disponível para viabilizar um eventual Orçamento Retificativo, desde que respondesse às necessidades nas áreas mais críticas da administração pública.

Tal não significa, no entanto, que os socialistas estejam disponíveis para viabilizar um Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), como foi deixado claro por Pedro Nuno Santos em entrevista à TVI/CNN Portugal. Afinal, questões salariais e de valorização de carreiras devem ser feitas “fora do OE2025”, exigindo uma ação no “imediato” porque há “um amplo consenso” sobre elas.

Ontem, Augusto Santos Silva, ex-presidente do Parlamento, veio também falar nessas “consensos”. Saudando a iniciativa de Pedro Nuno Santos em enviar uma carta a Luís Montenegro, o ex-presidente da Assembleia da República afirmou: “Só faço votos para que nas questões que exigem entendimento, até porque exigem maioria no Parlamento como as questões relativas a várias leis, um eventual Orçamento Retificativo ou ao Orçamento para 2025 os dois maiores partidos, o partido do Governo, o PSD, e o maior partido da oposição, o PS, possam negociar, possam conversar, possam chegar a entendimentos”.

## Educação, Justiça, Habitação e Saúde pressionam a AD

A ministra da Justiça, Rita Júdice, prepara-se para iniciar um diálogo com todos os partidos com assento parlamentar, agentes do setor da Justiça e sociedade civil para criar um pacote de medidas que darão resposta à corrupção. Um dia depois deste anúncio, o novo presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Nuno Matos, alertou que o sistema de Justiça “precisa de reformas estruturais”, “quer dos tribunais comuns, quer dos tribunais administrativos e fiscais, quer do Ministério Público”. No que diz respeito à habitação, A Associação dos Inquilinos Lisbonense quer que o Governo corrija as falhas na medida de apoio às rendas, caso de famílias que perdem o subsídio por terem tido de fazer novos contratos, e pede fiscalização no arrendamento. Na Educação, o Governo terá de dar resposta às reivindicações dos professores, o que já tinha prometido fazer, com a reposição do tempo de serviço. Sobre a Saúde, se as promessas feitas forem cumpridas, terá de garantir que cada cidadão terá médico de família e terá uma resposta mais rápida do SNS, seja para consultas ou para cirurgias.

## Baixar dogmas e reduzir impostos

Montenegro assumiu a marca ideológica do Governo ao prometer uma “transformação estrutural da Economia”. Isto é evidente na Saúde, com a promessa de aproveitar a “capacidade instalada nos setores social e privado, sem complexos ideológicos”. Segundo o programa eleitoral, a AD vai recorrer ao setor privado para dar resposta à falta de médicos de família, criar um Programa Nacional de Saúde Oral e criar respostas no que diz respeito a cuidados paliativos. Na tomada de posse do Governo, o primeiro-ministro falou do “superavit orçamental” como uma “ofensa” para milhões de pessoas que têm “salários ou pensões baixas, por estarem afogados em impostos”. A AD assumiu como prioridade a redução da carga fiscal no IRS, principalmente para jovens, e no IRC, com as empresas a chegarem a uma tributação de 15%, a um ritmo de dois pontos percentuais por ano, até atingir esta meta.

## PCP quer travar “portas giratórias” e dá exemplo de ex-secretária de Estado do PS

**PARLAMENTO** São três as propostas do partido, em resposta antecipada à AD, para o combate à corrupção. Comunistas não receberam convite do Governo.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**



António Filipe anunciou “contributo” e diz-se disponível para debater com todos os partidos.

O caso de Rita Marques, ex-secretária do Turismo, contratada a 16 de janeiro de 2023 por uma empresa do setor [a The Fladgate Partnership, que recebeu do Estado 30 milhões em apoios públicos e o estatuto de utilidade pública, a poucos dias das legislativas de 2022], após sair do Governo [foi afastada pelo ministro da Economia a 29 de novembro de 2022], é o exemplo que o PCP usa para concluir que “não só o período de inibição de funções privadas após a cessação de funções públicas se afigura demasiado curto, como o regime sancionatório se afigura inócuo” e “irrelevante”.

A conclusão, em resumo, explica que “sancionar o titular cessante de um cargo político executivo com a inibição do exercício de cargos públicos por um período entre três e cinco anos por ter assumido funções numa empresa privada é uma sanção praticamente irrelevante, pelo que, para que aquela proibição seja efetiva é necessário que recaia alguma sanção sobre a própria empresa que efetua a contratação violadora da lei”.

As propostas, entre outras, do PCP apontam para “cinco anos do período de inibição do titular de um cargo político executivo para o exercício de funções numa empresa privada do setor por si tutelado”, mas que também “tenham beneficiado de incentivos financeiros ou de sistemas de incentivos e benefícios fiscais de natureza contra-

tual, ou relativamente às quais se tenha verificado uma intervenção direta do titular de cargo político”.

Em caso de violação da lei estipular “a obrigação, nestas situações, de devolução pela empresa dos apoios, benefícios ou fundos que lhe tenham sido atribuídos por decisão daquele antigo titular de cargo político” e “o impedimento das empresas que contratem titulares de cargos políticos em violação da lei, de celebrar contratos com o Estado ou com quaisquer entidades públicas, de beneficiar de quaisquer incentivos ou isenções que envolvam recursos públicos, bem como de aceder a fundos comunitários, por um período de cinco anos a contar da prática da infração”.

No caso da “Arbitragem”, o PCP quer proibir o Estado “de recorrer à arbitragem para resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal” alegando ser “inadmissível” a arbitragem “em situações em que exista uma manifesta desigualdade entre as partes ou em situações em que exista um interesse público a defender por parte do Estado”. Tra-

duzindo: não há garantia de “imparcialidade”.

O outro cenário é o da “matéria tributária”, explica o PCP, por não ser “admissível que um cidadão que, por qualquer descuido ou distração, se atrase na apresentação de uma declaração fiscal ou no pagamento de uma prestação do IMI ou do IUC, seja duramente punido pela Administração Fiscal, sem apelo nem agravo, e que no caso de um devedor de milhões ao fisco o Estado aceite recorrer à arbitragem, acabando por abdicar de uma grande parte do que lhe é devido, beneficiando claramente o infrator”.

O objetivo é impedir que a “Justiça Fiscal” trate “os devedores ricos como cidadãos de primeira que negociam o que pagam e os devedores pobres como cidadãos de segunda que pagam o que lhe for exigido”, mas principalmente que o Estado submeta “os seus litígios contratuais com empresas privadas, envolvendo milhões de euros, a tribunais arbitrais rodeados do mais rigoroso secretismo. Não se conhecem os árbitros, nem os critérios da sua nomeação, nem a fundamentação das decisões, nem os honorários e os interesses a que estão ligados os árbitros envolvidos”.

Em relação às *offshore*, a proposta é a proibição de transações para paraísos fiscais que não cooperem com autoridades nacionais e mesmo nos casos em que sejam cooperantes, que seja aplicada “uma taxa de 35% para as transações”.

## Comunistas antecipam-se a PSD e CDS na apresentação de ideias.



## O 25 de Abril sob o olhar da União Europeia

A partir de amanhã, e até dia 30 de abril, a sala de exposições do Instituto Camões abrigará uma mostra de fotos, jornais e documentos diplomáticos sobre a revolução portuguesa de 1974. A entrada é gratuita. Organizada no âmbito da presidência semestral belga do Conselho Europeu (na foto, está o embaixador da Bélgica em Portugal, Serge Wauthier), a exposição tem como título *O 25 de Abril sob o olhar da União Europeia* e contou com o contributo de 21 embaixadas. Na sequência da revolução que trouxe a democracia ao país, o Governo português fez o pedido de adesão à então CEE, com a entrada a concretizar-se a 1 de janeiro de 1986. A exposição na sede do Instituto Camões, em Lisboa, “é um testemunho do compromisso conjunto das nações europeias em comemorar e refletir sobre os eventos transformadores do 25 de Abril de 1974”, pode ler-se no comunicado enviado pela embaixada belga.



# Rui Rocha desafia PSD e Chega a aprovarem propostas que já “votaram favoravelmente”

**HABITAÇÃO** Líder da Iniciativa Liberal quer a revogação das medidas do pacote *Mais Habitação* do Governo de Costa e recorda que as propostas do seu partido receberam, “há meia dúzia de meses”, o voto favorável dos sociais-democratas.

O presidente da Iniciativa Liberal desafiou ontem o Governo a revogar as medidas do pacote *Mais Habitação* relativas ao Alojamento Local e a aprovar as suas propostas para este setor que anteriormente tiveram votos favoráveis do PSD.

“O desafio que faço ao novo Governo é para que aproveite estas propostas da Iniciativa Liberal”, declarou Rui Rocha aos jornalistas, em Lisboa.

O presidente da Iniciativa Liberal referiu que “quer o PSD, quer o Chega votaram favoravelmente” um conjunto de propostas do seu partido para o setor de habitação reapresentado agora no início desta legislatura.

“Aquilo que eu espero é sobretudo que, tendo aprovado ou viabilizado há tão pouco tempo, não caiam na hipocrisia, agora que temos a oportunidade de aprovar essas medidas, de não as votar favo-

ravelmente, como fizeram há meia dúzia de meses”, acrescentou.

Quanto ao Programa do Governo PSD/CDS-PP, que será hoje conhecido, afirmou: “Espero que estejam lá políticas dirigidas à habitação”.

“Com uma certeza: a Iniciativa Liberal será seguramente exigente, será seguramente desafiadora daquilo que lá estiver, e o que lá não estiver nós cá estaremos para propor, como estamos a fazer ainda hoje”, frisou.

Rui Rocha falava aos jornalistas no Jardim Constantino, em Arroios, numa ação para reafirmar a oposição da Iniciativa Liberal ao pacote de medidas para a habitação do anterior executivo do PS, tendo por trás um imóvel devoluto do Estado, junto ao qual a Iniciativa Liberal colocou um cartaz onde se lê “Aqui podia morar gente. Privatize-se”.

No início desta legislatura, a Iniciativa Liberal entregou no parla-



**“Não caiam na hipocrisia, agora que temos a oportunidade de aprovar essas medidas, de não as votar favoravelmente, como fizeram há meia dúzia de meses”, avisa o presidente da Iniciativa Liberal.**

mento um conjunto de projetos de lei para reverter medidas do *Mais Habitação* relativas ao alojamento local e também o direito de preferência do Estado nas transações particulares de imóveis de habitação.

A IL propôs também novas medidas para o setor da habitação, entre as quais a eliminação do IMT na compra de habitação própria permanente e a redução do IVA da construção de 23% para 6%.

Questionado sobre o conteúdo do livro apresentado por Passos Coelho as declarações feitas, Rui Rocha afirmou que a Iniciativa Liberal é contra uma “visão retrógrada” da sociedade e do papel das mulheres, mas sem querer “cancelar” ninguém, considerando até preferível que essas posições sejam manifestadas publicamente para serem rebatidas.

DN/LUSA



# “Eficiência” e mais Europa na “aula” para Costa aprender a ser ex-PM

**FORO LA TOJA** Encontro reuniu quatro antigos chefes de Governo de Portugal e Espanha. Falou-se de populismos, centralidade, federalismo e política externa e de defesa comum aos 27.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

O termo “eficiência” foi introduzido por Felipe González no encontro que António Costa apelidou de “aula prática de aprender a ser ex-primeiro-ministro”. O antigo chefe de Governo espanhol (1982-1996) defendeu que “um dos problemas das democracias liberais é que falta eficiência”, isto é, a democracia está a ser pouco eficiente a resolver os problemas reais dos cidadãos. Isso ajuda a explicar os populismos, mas 50 anos depois do 25 de Abril esse não é o único problema em cima da mesa, com o ex-primeiro-ministro português a defender “mais imaginação para o futuro” na União Europeia.

González e Costa, que saiu há uma semana de São Bento, estiveram acompanhados em palco por Francisco Pinto Balsemão (primeiro-ministro português entre 1981 e 1983) e Mariano Rajoy (presidente de Governo espanhol entre 2011 e 2018), numa das mesas redondas da 2.ª edição do Foro La Toja em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian. O mote da conversa eram “Cinco Décadas de Democracia: o Passado e os Desafios do Futuro”. Mas como lembrou Balsemão, “não vale a pena estarmos sempre agarrados ao passado. O que lá vai, lá vai. E há ainda muito a fazer em matéria de liberdade”.

Em relação aos desafios do futuro, Rajoy apontou “dois inimigos” das democracias. O primeiro é externo, referindo-se à China e à Rússia. “As democracias têm que fazer um esforço para que os princípios democráticos se imponham no mundo”, afirmou. O segundo inimigo está “dentro de casa” e são os populismos. “Pode ser populista um tipo da antiga Europa de Leste xenófobo, um espanhol fascinado pelas ditaduras tropicais ou um milionário de Nova Iorque. Pode ser de extrema-direita, de extrema-esquerda ou de extremo-nada”, resumiu o ex-líder do PP espanhol.

“Populista é o que dá uma resposta simples a um problema complexo. Como a resposta simples não resolve o problema complexo, tem que procurar um culpado, um responsável de que essa resposta não funcione”, disse, por seu lado, o socialista González. “Portugal, para mim, é um exemplo. Entre, outras coisas, porque é capaz de preservar o espaço no qual se joga o futuro da democracia no mundo, que é o espaço da centralidade”, afirmou. “Não é preciso



Os ex-primeiros-ministros Felipe González, Francisco Pinto Balsemão, Mariano Rajoy e António Costa no Foro La Toja, em Lisboa.

“Portugal, para mim, é um exemplo. Entre, outras coisas, porque é capaz de preservar o espaço no qual se joga o futuro da democracia no mundo, que é o espaço da centralidade”

**Felipe González**  
Primeiro-ministro espanhol entre 1982 e 1986

“A Europa deve caminhar para ser uma federação de Estados”

**Francisco Pinto Balsemão**  
Primeiro-ministro português entre 1981 e 1983

“As democracias têm dois inimigos. Um externo [China e Rússia] e outro dentro de casa, que são os populismos.”

**Mariano Rajoy**  
Primeiro-ministro espanhol entre 2011 e 2018

“[O que permitiu o crescimento do Chega] foi sobretudo o facto de os cidadãos não terem sentido nem no PS nem no PSD tração suficiente para a concentração necessária do voto”.

**António Costa**  
Primeiro-ministro português entre 2015-2024

acordo entre as forças políticas, que têm que oferecer alternativas. É preciso evitar a dependência de grupos radicais, em qualquer direção, que condicionem a política da centralidade”, referiu.

Costa defendeu que “uma das forças da vitalidade da democracia em Portugal” tem sido o facto dos dois grandes partidos terem sido precisamente “capazes de liderar as alternativas”, mesmo que haja hoje maior fragmentação.

O ex-primeiro-ministro português defende contudo que “não devemos sobrevalorizar a interpretação das últimas eleições, que ocorreram em circunstâncias particularmente estranhas”. Costa considerou que o que permitiu o crescimento do “partido populista de direita”, referindo-se ao Chega, “foi sobretudo o facto de os cidadãos não terem sentido nem no PS nem no PSD tração suficiente para a concentração necessária do voto”. Mas insistiu: “Não vale a pena exagerarmos na interpretação destes resultados”, defendendo que é preciso “dar tempo para que as coisas retomem a normalidade”.

Rajoy acredita que os populismos serão derrotados: “Em Espanha, surgem partidos que duram um quarto de hora. No final, com um pouco de

senso comum, porque as pessoas estão na moderação e na sensatez, no centro-direita ou no centro-esquerda, esses partidos acabam por desaparecer”.

## “Estados Unidos da Europa”

O debate entre os antigos líderes de dois países que assinaram, no mesmo dia 12 de junho de 1985, a adesão às então Comunidades Europeias, passou também pelo futuro da União Europeia. Balsemão defendeu que “a Europa deve caminhar para ser uma federação de Estados”, dizendo-se disponível para “abdicar de uma parte da soberania portuguesa” para ter “outra capacidade de intervenção”.

Rajoy disse não saber se isso é ou não possível, mas considerou não ser alternativa a esses “Estados Unidos da Europa”. Sendo que um primeiro passo passará por uma política externa e de defesa comum. “Precisamos de mais Europa, precisamos falar a uma só voz no mundo. Se não, não existimos”, referiu, lamentando que hoje os europeus tenham “arrendada a política de defesa aos EUA”.

González lembrou o “horror” da guerra da Ucrânia, mas alertou para o “excesso de umbiguismo europeu” neste tema. “Cada vez que há um conflito na Europa, os europeus tendem a acreditar, porque acreditamos ser o umbigo do mundo, que este é um conflito mundial. Mas não devemos dimensionar de forma exagerada o conflito”, explicou, defendendo ainda assim que é preciso que a Europa se torne “maior de idade na sua defesa” sem romper o vínculo Atlântico.

Costa considera que o quadro europeu é “particularmente desafiante neste momento”, lembrando que a União Europeia muda com cada país que entra com os seus interesses específicos, geografia, história e cultura. “A União Europeia fez sempre um exercício muito imaginativo e requer ainda mais imaginação para o futuro”, alertou, explicando que por muito “encantadora” que seja a ideia de uma Federação Europeia, não conhece nenhum exemplo de federação a partir de nações preexistentes.

Em relação a uma política externa e de defesa comum, o ex-primeiro-ministro diz que todos estão de acordo que é necessário. “O problema é que a visão do mundo de cada um dos 27 é marcada, necessariamente, pela sua própria experiência histórica”, explicou, dizendo que não é “por acaso” que Portugal e Espanha são fomentadores do consenso no espaço europeu. “Nós, porque somos andarrilhos do mundo há muitos séculos, estamos mais habituados a fazer um esforço para compreender os outros, do que os outros que têm estado fechados e enclausurados entre os vários impérios que os procuraram esmagar têm de compreender a história para além dos outros.”

susana.f.salvador@dn.pt





## Opinião Paulo Pisco

# A importância do voto nos Círculos da Emigração

**A** votação nas comunidades nas últimas eleições legislativas foi a mais elevada da história da nossa democracia. Votaram 334 mil eleitores nos dois círculos eleitorais, perto de 70% na Europa. A Europa afirma-se assim, definitivamente, como o lugar privilegiado de emigração dos portugueses, porque é um espaço de livre circulação, com direitos de cidadania reconhecidos, com muitas oportunidades e onde existe já uma rede de portugueses profundamente enraizada nas sociedades de acolhimento.

O grande salto na participação deu-se com a implementação do recenseamento automático, em 2019, e desde então o número de votantes tem vindo sempre a aumentar: 158 mil em 2019, 240 mil em 2022 (na primeira votação) e 334 mil em 2024. E o potencial de crescimento nestes círculos eleitorais continua enorme, porque há mais de 1 milhão e meio de eleitores, 937 mil na Europa e 609 mil fora da Europa.

Na Europa votaram cerca de 234 mil votantes, o equivalente a 25%, um recorde absoluto, o que denota uma vontade muito maior de envolvimento nos destinos do país. Isto significa que o Círculo Eleitoral da Europa é o terceiro maior a seguir a Lisboa e ao Porto e o nono em número de votantes, a seguir a Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Aveiro, Leiria, Santarém, Coimbra e Faro.

Estamos, portanto, perante novas realidades que já nada têm a ver com a emigração dos Anos 60 e 70. A formação académica e profissional é mais elevada, os interesses e objetivos de vida são diferentes, bem como a natureza do vínculo ao país.

Hoje é também mais fácil aos residentes no estrangeiro regressarem ao país e, apesar de continuar a haver anualmente um fluxo migratório digno de registo, também se verifica um número elevado de regressos ao país, quer de pessoas em idade ativa e com elevada percentagem com formação superior, quer em idade de reforma.

Em relação ao primeiro caso, é importante ter presente a necessidade de haver as respostas adequadas em termos de condições de trabalho e diversificação de oportunidades. Quanto ao segundo, impõe-se que sejam criadas condições para que os reformados portugueses possam fixar a residência fiscal em Portugal sem serem desproporcionadamente taxados em IRS relativa-

mente ao que pagariam de imposto no país onde construíram a pensão.

Tratando-se de um voto por correspondência, mais uma vez se repetiram as situações anómalas e as dúvidas. As situações anómalas foram as irregularidades detetadas em Macau, com sindicatos de voto, pelo que o Partido Socialista apresentou queixa e que a Comissão Nacional de Eleições enviou depois para o Ministério Público. No Brasil, para além dos já correntes *arrebanhamentos* de votos, deve assinalar-se a influência nos resultados da mobilização das estruturas do bolsonarismo e das correntes evangélicas para o partido de extrema-direita portugueses.

Mas também, o que é uma novidade por ser na Europa, as dúvidas que se levantam devido aos resultados na Suíça a favor do Chega, devido a uma enorme desproporção nos resultados, o único país em que isso aconteceu e com diferenças totalmente anómalas relativamente ao número de votos obtidos pelo PS e pelo PSD. O que não invalida a necessidade de analisar os motivos que levaram a semelhante votação a favor da extrema-direita. O grande paradoxo é que muitos portugueses a viver noutros países parecem esquecer a sua condição de estrangeiros ao darem o seu apoio a um partido que cresce à custa das suas posições contra os imigrantes.

Exige-se, pois, que o sistema de votação seja mais fiável, que elimine dúvidas e que não gere tanto desperdício de votos, quer devido à anulação por falta da fotocópia do Cartão do Cidadão, quer em termos ecológicos e financeiros, visto que cerca de um milhão e cem mil votos são ignorados pelos eleitores, o que representa algumas toneladas de desperdício de papel e de alguns milhões de euros, visto que, só em correio registado, a operação eleitoral custa aos cofres do Estado cerca de 7 milhões de euros.

Na legislatura que agora se está a iniciar há, portanto, muito trabalho a fazer na revisão das leis eleitorais. Mas, independentemente de todas estas considerações, os resultados eleitorais que deram o mesmo número de deputados aos grupos parlamentares do PS e do PSD e dois deputados à extrema-direita nos Círculos da Emigração mostram com grande clareza que nenhum partido deve ignorar as comunidades.

Deputado do PS



## Opinião Jorge Costa Oliveira

# O ressurgimento da “civilização espiritual socialista” na China

**A** política de “reforma e abertura” instituída por Deng Xiaoping criou receios, em setores mais conservadores do PCC, de que a prossecução desenfreada do desenvolvimento económico – tão bem ilustrada na frase “ficar rico é glorioso” – conduzisse a uma regressão moral e ética, a uma sociedade cujos cidadãos fossem materialmente “ricos”, mas egoístas, gananciosos, desconfiados dos outros e incapazes de cooperar para o bem comum.

Estes receios foram catalisados pela entrada em força na China da cultura popular ocidental, tendo levado ao lançamento (em 1983) de uma “campanha contra a poluição espiritual”, a qual foi interrompida após alguns meses em virtude da desaceleração do crescimento económico. Mas Deng reconheceu a necessidade de contrabalançar o primado do desenvolvimento económico com a construção de uma “civilização espiritual socialista”, tendo o conceito sido mencionado no *Relatório Político* ao 13.º Congresso Nacional do PCC (1987) e adotado pela sua liderança desde então. Em abril de 1997 foi mesmo criada, sob o Comité Central do PCC, uma “Comissão Central de Orientação para a Construção da Civilização Espiritual”.

Durante as lideranças de Jiang Zemin e de Hu Jintao, o conceito foi mantido e reforçado, embora num pano de fundo histórico em que a corrupção crescia e problemas fulcrais para a economia

chinesa (a questão demográfica, a bolha do imobiliário, o financiamento dos governos locais, a fraca gestão dos principais bancos estatais) eram empurrados com a barriga. Com a credibilidade do PCC erodida, regressa o espectro da regressão moral e ética, além do ceticismo sobre a lealdade dos cidadãos ao Partido-Estado.

Com a chegada de Xi Jinping à liderança (2012), assiste-se a um combate sério à corrupção e a uma gradual (e incompleta) resolução dos problemas fulcrais da economia chinesa, a par de um reforço da identificação do Partido com o confucionismo; expressões como “harmonia social” voltam a ser usadas, e o conceito de “excelente cultura tradicional” é reconstruído e usado durante alguns anos com o objetivo de mostrar como o PCC, sob a liderança de Xi, valoriza a moral tradicional chinesa, sancionando o papel da tradição na vida pública, política e partidária.

Após o 20.º Congresso do PCC (2022), Xi regressou ao conceito de “civilização espiritual socialista”, acrescentando que “devem ser feitos esforços para adaptá-la ao contexto de uma sociedade socialista e desenvolver uma cultura socialista avançada”. Tais esforços devem estar sempre subordinados aos ditames do “socialismo com características chinesas”, tal como definido pelo Partido-Estado. Em suma, o PCC realinha-se com a herança civilizacional chinesa e com as expectativas da sociedade, sem fazer concessões no que tange ao controlo ideológico do Partido-Estado.

O ressurgimento do conceito de “civilização espiritual socialista” é um poderoso instrumento re-legitimador do regime, resultante da agregação da herança cultural confucionista à vertente leninista de sujeição de tudo e de todos ao Partido-Estado. Não admira, por conseguinte, que a compilação dos discursos de Xi sobre o assunto num livro (*Trechos das Exposições de Xi Jinping sobre a Construção da Civilização Espiritual Socialista*, 2023), seja de estudo obrigatório para os quadros do Partido e em todas as escolas chinesas.

“

**O PCC realinha-se com a herança civilizacional chinesa e com as expectativas da sociedade, sem fazer concessões no que tange ao controlo ideológico do Partido-Estado.”**

Consultor financeiro e business developer  
[www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira](https://www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira)





PAULO JORGE MAGALHÃES/GLOBAL IMAGENS

As instalações das forças de segurança estão a servir de depósito de bens apreendidos quando deveriam ser administrados pela Justiça.

# PSP e GNR acumulam 1,5 milhões de objetos à sua guarda durante anos

**INSPEÇÃO** Auditoria da IGAI sinaliza problemas sérios na gestão dos bens apreendidos pelas polícias. Há 3384 veículos, 470 mil peças de vestuário e calçado e muitos bens a degradar-se, há mais de uma década, e a onerar as forças de segurança. Tribunais estão a contornar a lei e a inspetora-geral pediu audiência à PGR e ao Conselho Superior da Magistratura.

TEXTO **CARLA AGUIAR**

**A**s instalações da PSP e da GNR estão transformadas em depósitos de milhares de objetos apreendidos no âmbito de processos-crime e de contraordenação, alguns durante décadas, sem que os tribunais lhes determinem um destino atempado, ao arrepio do que a lei estipula. Esta é uma das conclusões que se pode extrair das duas auditorias temáticas da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) realizadas à GNR e à PSP, no final de 2023, que sinalizaram mais de 1,5 milhões de objetos apreendidos à sua guarda.

Automóveis, roupas, bebidas alcoólicas, combustível, cigarros, material informático, telemóveis ou equipamento relacionado com o tráfico de droga são apenas alguns dos objetos que entopem as arrecadações, gabinetes ou parques das instalações policiais. E que prometem aterrar na mesa da nova minis-

tra da Administração Interna, Margarida Blasco, a quem a temática não será estranha, visto já ter ocupado o cargo de inspetora-geral.

A fatia de leão dos bens apreendidos, em volume, diz respeito a peças de vestuário e calçado, que representam quase um terço dos objetos a cargo da GNR, num total de 470 mil, sobretudo fruto do trabalho da sua Unidade de Ação Fiscal, logo seguidas da categoria *Outros* e, depois, pelos pacotes de cigarros. Mas, em valor, são os veículos automóveis que mais pesam na herança das forças de segurança, que têm à sua guarda 3384 veículos automóveis. Esta realidade convive com uma crónica carência de automóveis nas esquadras e postos das polícias.

Uma grande parte dos veículos encontra-se em avançado estado de degradação, sem que, ao longo do tempo, tivesse sido retirada utilidade pública da sua apreensão e confisco. Isto deve-se ao arrastar

dos processos judiciais, mas não só – também há bens apreendidos sem destino, mesmo apesar de inquéritos arquivados, de sentenças transitadas em julgado ou de ter sido declarada a sua perda a favor do Estado, pode ler-se nos relatórios da IGAI.

Isso mesmo fica patente na estatística da GNR: em 1761 veículos

apreendidos, só 482 se encontravam em estado razoável ou bom. Daquele lote de veículos 280 foram declarados perdidos a favor do Estado, sendo que 219 tiveram sentença transitada em julgado.

O mesmo acontece na PSP: em 1623 veículos, 1111 estavam em mau estado, 426 em estado razoável e 74 em bom estado. E em cerca de 10% dos processos havia sentenças transitadas em julgado, sem que tivesse sido dado destino aos bens. Há uma percentagem ínfima dos processos (0,3%) a cargo da PSP que tem 20 ou mais anos, sendo que 50% dizem respeito a apreensões feitas entre 2011 e 2020 e 40% relativas ao período compreendido entre 2021 e 2022.

Desta situação de arrastamento e indefinição resulta prejuízo para o erário público – que prescinde da gestão dos bens perdidos a favor do Estado – e para as forças de segurança, que são oneradas com esse encargo, tanto em termos de espaço,

como de logística, pode ainda concluir-se da leitura dos relatórios.

No caso da auditoria aos bens apreendidos à guarda da PSP, foi verificada, por exemplo, uma listagem de mais de 22 mil itens catalogados como “lixo”, e que assim continuam. O relatório reconhece, no entanto, os esforços feitos pela PSP junto dos tribunais para resolver a situação, que não têm tido resposta atempada.

Outro exemplo elucidativo de como urge alterar o modelo de gestão: no comando territorial da GNR nos Açores o processo mais antigo de bens apreendidos tem 24 anos e envolve 300 blusões de napa, em estado razoável, que ainda se encontram numa arrecadação do destacamento de Ponta Delgada.

Pelo exposto, os dois inspetores responsáveis pelas auditorias, cujos relatórios acabam de ser publicados no site da IGAI, consideram que esta situação tem “relação direta com o trabalho dos tribunais” quer na aplicação do direito, quer no modelo de gestão. Assim, recomenda-se uma intervenção da Autoridade Judiciária e que os processos que envolvem os bens apreendidos declarados perdidos a favor do Estado sejam remetidos ao Gabinete de Administração de Bens (GAB). Recomenda-se “que a Autoridade Judiciária implemente com mais frequência o procedimento previsto no artigo 185.º do CPP, proferindo despacho no prazo máximo de 30 dias após apreensão e determine a remissão ao GAB para efeitos de administração em conformidade com o disposto na Lei n.º 45/2011”.

Não obstante o efetivo enquadramento legal, a IGAI sugere, a título de recomendação, uma “revisão da legislação” no sentido de uma maior clarificação, “para identificar lacunas e inconsistências na lei”. Por outro lado propõe “um procedimento obrigatório de revisão das medidas de apreensão independente do requerimento dos interessados”.

Estas recomendações, homologadas pelo ex-ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, foram também enviadas ao Conselho Superior de Magistratura, ao Conselho Superior do Ministério Público, à Procuradoria Geral da República e ao Gabinete de Administração de Bens “para a adoção das medidas entendidas como devidas”.

Face àquilo que a IGAI considera um “número elevado” e “preocupante” de bens à guarda das forças de segurança, “numa situação que conduz a um aspeto degradado e descuidado das instalações, além de onerar o efetivo com a guarda desses objetos”, e de assim ficarem prejudicadas a economia e eficiência, a inspetora-geral da Administração Interna, Anabela Cabral Ferreira, pediu uma audiência ao vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura e à procuradora-geral da República, e já foi recebida, segundo apurou o DN. No decurso das audiências, ambas as instâncias se terão comprometido a tomar medidas.

**A lei prevê que 30 dias após a apreensão, a Autoridade Judiciária, exare um despacho sobre o destino dos objetos, mas isso não está a acontecer.**



## Lançamento de centro de saúde é primeiro ato de nova ministra

A nova ministra da Saúde, Ana Paula Martins, participou ontem naquele que foi o seu primeiro ato oficial como titular da pasta: o lançamento da primeira pedra do Centro de Saúde Mafra Oeste, que fará parte da Unidade Local de Saúde de Santa Maria. Uma obra lançada pela Câmara de Mafra, que, nesta altura, como referiu a ministra dá à população uma mensagem de investimento nos cuidados de proximidade. Por outro lado, sublinhou, “nada daria maior incentivo ao Ministério da Saúde do que estarmos aqui e poder levar-vos na memória quando tiver de responder sobre aquilo que se está a fazer no âmbito dos nossos planos de saúde, nesta articulação de cuidados tão virtuosa entre as unidades de saúde e os municípios”.



DIREITOS RESERVADOS

# Vírus da hepatite faz 3500 mortes por dia. OMS pede “medidas rápidas”

**ALERTA** Cimeira Mundial para as Hepatites decorre em Lisboa até amanhã. Representante da OMS diz que taxas mundiais de tratamento estão muito abaixo dos 80% recomendados.

O número estimado de mortes por hepatite viral aumentou de 1,1 milhões em 2019 para 1,3 milhões em 2022. A diretora do Departamento sobre VIH (vírus da imunodeficiência humana), Hepatite e Infecções Sexualmente Transmitidas (IST) da OMS, Meg Doherty, considera que se trata de uma “tendência alarmante” e que são precisas “medidas rápidas” para a travar e inverter. O alerta foi dado ontem na Cimeira Mundial sobre Hepatites que decorre em Lisboa até amanhã, onde foram ainda divulgados dados de 187 países que colocam a hepatite viral (A, B, C, D e E), causadora de inflamação do fígado e nalguns casos a sua deterioração, como a segunda doença infecciosa com maior mortalidade, estando ao nível da tuberculose e só atrás da covid-19.

No total, morrem diariamente no mundo 3500 pessoas devido a uma infeção pelo vírus da hepatite, sendo o mais letal o do tipo B (responsável por 83% das mortes), seguido do C (17% dos óbitos). “Sabemos que em todo mundo existem 254 milhões de pessoas infetadas e há países do mundo em que 10% da população tem hepatite B”, disse Meg Doherty. Em todas as regiões do mundo, ape-

nas 3% das pessoas com uma infeção crónica de hepatite B tinham recebido tratamento antiviral até ao final de 2022, enquanto no caso da hepatite C a percentagem foi de 20%, sendo estes “resultados muito abaixo das metas a nível mundial de tratar 80% dos doentes com hepatites crónicas B e C até 2030”, sublinhou a dirigente da OMS.

No entanto, os novos dados indicam uma ligeira melhoria em relação aos números de 2019, mas, “apesar dos progressos realizados em todo o mundo ao nível da prevenção (...), as mortes têm aumentado porque muito poucos com hepatite são diagnosticados e tratados”, refere o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, citado num comunicado, sublinhando que “a OMS lamenta que muitos países não consigam obter medicamentos genéricos acessíveis e que são precisas medidas rápidas para mudar a situação, como o alargamento do acesso a testes e a diagnósticos”.

Na cimeira mundial de Lisboa Meg Doherty defendeu ser necessária a integração dos serviços de hepatite viral nos programas existentes de tratamento do VIH, “para alcançar as populações chave” e recordou ser preciso reforçar a prevenção das

hepatites virais nos recém-nascidos e nos que arriscam a transmissão materno-infantil (durante a gravidez) da hepatite B. A especialista espera mesmo que os alertas agora lançados sejam uma oportunidade para mostrar que Portugal “pode ser uma referência a nível mundial em boas práticas na comunidade”, um exem-

## África e infeções de hepatite B

Relatório da OMS revela que 63% das novas infeções mundiais de hepatite B estão em África. Em 2022, cerca de 65 milhões de africanos viviam com hepatite B e oito milhões com hepatite C. A OMS salienta que, apesar da existência de melhores instrumentos de diagnóstico e tratamento e da diminuição dos preços dos produtos, as taxas de cobertura dos testes e do tratamento estagnaram. “Menos de 5% das pessoas com hepatite B em África foram diagnosticadas e só 5% destas receberam tratamento. Estima-se que 13% das pessoas com hepatite C tenham sido diagnosticadas [em África] e só 3% tenham recebido tratamento”, frisa o relatório.

plo no que diz respeito a modelos de rastreio e ligação a cuidados de populações “muito difíceis de alcançar” que é possível fazer com apoio das organizações não-governamentais que estão no terreno e conhecem as populações.

Neste sentido, o diretor do Programa Nacional para as Hepatites Virais, Rui Tato Marinho, explicou que as novas orientações da OMS vêm facilitar o acesso ao tratamento da hepatite B, aumentando o número de pessoas a incluir nestes de forma a abranger adolescentes. Rui Tato Marinho lembrou que o alargamento aos adolescentes não afeta tanto Portugal, que há mais de 20 anos vacina todas as crianças, mas lembrou que há países em que jovens com 20 ou 30 anos já aparecem com cancro de fígado. “O tratamento não cura, ao contrário da hepatite C, mas controla e evita a cirrose, evita o cancro e salva vidas. É uma doença muito silenciosa”, alertou. O objetivo do World Hepatitis Summit 2024 é discutir e concretizar a meta da OMS de eliminar as hepatites até 2030. “A OMS está a dedicar um esforço muito grande a lidar com as hepatites. Há muitos anos não era uma prioridade e neste momento é”, disse Rui Tato Marinho.

## Obesos. Técnicos de saúde têm preconceito

Um inquérito realizado em oito países de todo o mundo indica que 38% dos profissionais de saúde reconhece ter preconceitos contra os doentes obesos e que dois terços não veem a obesidade como uma doença crónica. A sondagem foi realizada pela rede OPEN (Obesity Policy Engagement Network) em Espanha, Itália, Alemanha, Canadá, Austrália, Brasil, Malásia e Turquia, informou ontem a agência noticiosa espanhola EFE. De acordo com o estudo desta organização, cerca de 23% dos profissionais de saúde considera que a obesidade resulta de más escolhas da pessoa, 15% que é uma doença temporária devido a uma multiplicidade de fatores, 14% que se trata de um processo reversível causado pelas circunstâncias envolventes (como, por exemplo, um baixo nível socioeconómico ou a falta de espaços verdes) e 9% que se deve a um mau estado de saúde geral.

A situação explica o facto de os profissionais de saúde só falarem proativamente sobre a obesidade com metade dos seus pacientes com sinais ou risco de serem obesos. Depois da conversa, 41% destas pessoas acreditam que são as responsáveis pelo seu problema, a mesma percentagem entende que se trata de uma doença e 49% têm consciência de que correm um maior risco de sofrer de outras patologias. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela rede OPEN estima que o histórico clínico de 57% dos pacientes obesos não apresenta a doença como crónica.

A sondagem mostra ainda que dois terços dos profissionais são de opinião que os cuidados não são bem organizados. Dos 89,5% que sabem que existem orientações clínicas, apenas 47% as consultaram e 28% consideraram-nas inadequadas. Por outro lado, mais de 70% dos mesmos atribuem à falta de tempo e de recursos humanos a ausência de cuidados adequados da obesidade.



# Tribunal rejeita queixa de jovens portugueses. “Estamos desiludidos, mas orgulhosos”

**AMBIENTE** Apesar da derrota no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, consideram que a vitória do caso das “Avós pelo clima” contra a Suíça “é uma vitória para todos”, permitindo que esta luta seja levada a tribunais por todo o mundo.

TEXTO **SARA AZEVEDO SANTOS**

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) considerou “inadmissível” o caso dos seis jovens portugueses contra Portugal e mais 31 países por estes não terem recorrido em primeiro lugar aos tribunais nacionais e por os outros 31 estados não terem obrigações extra-territoriais para com os jovens. Dos três casos decididos ontem em tribunal, o TEDH apenas decidiu a favor do caso apresentado por uma associação de idosas suíças, considerando que os seus direitos humanos estão a ser prejudicados pela crise climática e pelo fraco esforço da Suíça em reduzir as emissões.

Apesar de o processo português não ter avançado, o tribunal reconheceu que as alterações climáticas são um problema que os países “têm o dever” de abordar e encontrar medidas para mitigar.

“Apesar de a decisão não ter sido favorável a nós e de estarmos desapontados, hoje estou orgulhoso do que alcançámos, porque os juízes reconheceram que as alterações climáticas são uma ameaça existencial para a humanidade e um desafio intergeracional. Estivemos hoje no tribunal com as mulheres suíças, mostrando o quão poderoso pode ser o trabalho conjunto”, afirmou Martim Duarte Agostinho, de 21 anos.

“Não partimos o muro, mas abrimos uma grande fenda. Quero ver a vitória contra a Suíça ser utilizada contra todos os países europeus e nos tribunais nacionais. Todos os governos da Europa devem atuar imediatamente com base nesta decisão. E agora precisamos que as pessoas de toda a Europa se unam para garantir que os seus países o façam”,



**O TEDH considerou que os jovens não esgotaram todas as vias legais que tinham em Portugal.**

afirmou Catarina dos Santos Mota, de 23 anos.

O TEDH considerou existir jurisdição territorial em relação em Portugal mas não em relação aos outros 31 países acusados. O tribunal considerou que não era possível imputar a uns países fenómenos climáticos adversos ocorridos em outros Estados, considerando que uma deliberação nesse sentido, ainda que exclusiva a processos relacionados com as alterações climáticas, ia abrir um precedente com implicações inimagináveis, já que colocava em causa a soberania e as limitações geográficas de cada país. Um dos argumentos apresentados pelos jo-

vens para justificar a jurisdição em relação aos países da União Europeia foi o facto de que terem cidadania portuguesa lhes dá automaticamente cidadania europeia. O tribunal determinou que esta posição interpretou erradamente o conceito de cidadania europeia, uma vez que a jurisprudência do tribunal não tem controlo “sobre o território onde os requerentes estavam a sofrer os alegados impactos das alterações climáticas, nem sobre os próprios requerentes”.

O tribunal deliberou também que os jovens não esgotaram todas as vias legais que tinham em Portugal antes de recorrer a esta instân-

cia europeia. A passagem pelas instâncias nacionais permitiria que o caso tivesse provas mais concretas das acusações feitas, incluindo a atribuição do estatuto de vítima, que também foi excluída.

O Ministério do Ambiente e Energia assumiu, ontem após ser conhecida a decisão, que a ação climática é uma prioridade deste governo, que está “profundamente comprometido” em cumprir as metas para a redução da emissão de gases poluentes.

Maria da Graça Carvalho, a ministra do Ambiente e Energia, afirmou que “esta pronúncia não diminui” a ambição e a responsabi-

lidade do país para com a ação climática. “Tem sido feito um esforço legislativo importante, a nível europeu e a nível nacional, nesta área. Portugal tem objetivos ambiciosos para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, ambicionando atingir a neutralidade carbónica até 2045, cinco antes das metas definidas pela UE”, refere a ministra em comunicado. O Governo adianta ainda que este Executivo tem no seu programa diversas medidas “que irão contribuir para a descarbonização, ao mesmo tempo que cria riqueza e desenvolve uma economia de futuro”.

Os estudantes da Greve Climática Estudantil afirmaram que este caso “não iria garantir os resultados necessários. Os processos institucionais não vão acabar com os combustíveis fósseis, pois estes são um dos pilares do sistema económico e social em que vivemos”.

Consideraram ainda que as “pequenas vitórias” não são suficientes para impedir o colapso climático. “Já não podemos pedir por favor a quem nos está a condenar há décadas e esperar que vão mudar”. Estes estudantes afirmaram que uma transição justa só é possível “enfrentando de frente o poder que nos empurra para o colapso”.

Em setembro do ano passado o caso foi apresentado no Tribunal Pleno (Grand Chamber) do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, depois de quatro anos de preparação e três de troca de argumentos escritos entre os jovens e os países acusados. O caso recebeu a qualidade de prioritário pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por se tratar de “uma questão séria” à luz da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

sara.a.santos@dn.pt

## “Avós pelo clima” vencem caso contra a Suíça

O caso apresentado por uma associação constituída por mulheres seniores contra a Suíça foi o único de três processos por inação climática que saiu vitorioso do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH).

A associação de mulheres seniores imputou à Suíça a violação de vários

artigos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Para a maior parte das acusações não houve admissibilidade de prova, mas o TEDH reconheceu que a Suíça violou o artigo 8.º. Este aponta que “qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domi-

cílio e da sua correspondência” e que “não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito”, exceto em questões previstas, nomeadamente a segurança nacional e a prevenção de infrações penais.

Neste sentido, o TEDH concluiu que os países têm de “adotar e colocar em prática decisões capazes de mitigar os efeitos existentes e potencialmente irreversíveis das alterações climáticas”.

“Esta obrigação advém da relação casual entre as alterações cli-

máticas e o aproveitamento dos direitos da Convenção”, admitiu o coletivo.

Este caso foi apresentado por quatro mulheres e pela associação Verein KlimaSeniorinnen Schweiz, cujos membros são mulheres idosas preocupadas com as consequências do aquecimento global para as suas condições de vida e de saúde e que consideram que as autoridades suíças não estão a tomar medidas suficientes para atenuar o efeito das alterações climáticas,

apesar dos deveres incumbidos por força da Convenção.

O caso apresentado por Damien Carême, antigo presidente da Município de Grande-Synthe, contra França foi, tal como o caso dos jovens portugueses, considerado inadmissível. Damien Carême acusou França de não tomar as medidas suficientes para prevenir as alterações climáticas e que esta falha implicou uma violação do seu direito à vida e do seu direito ao respeito pela sua vida privada e familiar e pelo seu domicílio.



# O revitalizado mercado de trabalho do Japão oferece uma lição: as mulheres podem surpreender-nos

**CRESCIMENTO** Com a economia japonesa a mostrar-se saudável como há muito não acontecia, há um fator que sobressai: o salto na participação feminina. Desde 2013 que o Governo japonês implementa políticas públicas mais favoráveis às mulheres no mercado de trabalho.

TEXTO JEANNA SMIALEK, THE NEW YORK TIMES

A economia japonesa está nas manchetes dos jornais este ano com a inflação a regressar, pela primeira vez em décadas, os trabalhadores a obterem ganhos salariais e o Banco do Japão a aumentar as taxas de juro, algo que não acontecia há 17 anos.

Mas há uma outra tendência mais duradoura que está a acontecer na economia japonesa e que pode ser interessante para os decisores políticos: o emprego feminino tem vindo a aumentar de forma constante.

Há anos que as mulheres japonesas em idade ativa têm vindo a entrar no mercado de trabalho, uma tendência que se tem mantido forte nos últimos meses, uma vez que um mercado de trabalho muito restrito leva as empresas a esforçarem-se para atrair novos empregados.

O salto na participação feminina aconteceu, em parte, de forma planeada. Desde 2013, o Governo japonês tem tentado tornar as políticas públicas e a cultura empresarial mais favoráveis às mulheres no mercado de trabalho. O objetivo era atrair uma nova fonte de talento numa altura em que a quarta maior economia do mundo enfrenta um mercado de trabalho envelhecido e em declínio.

“O que o Japão fez bem na última década foi criar infraestruturas de cuidados para os pais que traba-

lham”, comenta Nobuko Kobayashi, sócia da EY-Parthenon no Japão, por e-mail.

No entanto, mesmo algumas pessoas que estavam presentes na altura em que foram concebidas as políticas de “economia feminina” foram apanhadas de surpresa com o número de mulheres japonesas que agora optam por trabalhar, graças às mudanças nas políticas e nas normas sociais.

**O salto na participação feminina aconteceu, em parte, de forma planeada. Desde 2013, o Governo japonês tem tentado tornar as políticas públicas e a cultura empresarial mais favoráveis às mulheres no mercado de trabalho.**

“Todos nós o subestimámos”, diz Adam Posen, presidente do Peterson Institute for International Economics, que aconselhou o Governo japonês quando este estava a instituir as políticas destinadas a atrair mais mulheres para o mercado de trabalho. Na altura, Posen pensou que talvez conseguissem colocar 800 mil mulheres no mercado de trabalho, muito menos do que os cerca de três milhões que realmente entraram, embora muitas delas estejam a tempo parcial.

É uma surpresa que pode servir como um alerta importante para os responsáveis económicos de todo o mundo. Os economistas tentam muitas vezes adivinhar quanto é que a força de trabalho de um país pode expandir-se, extrapolando a partir da história – e tendem a assumir que há limites para o número de pessoas que podem ser atraídas para o mercado de trabalho, uma vez que algumas são suscetíveis de ficar em casa como cuidadores ou por outras razões.

Mas a história não tem servido de guia no Japão durante a última década, à medida que os padrões sociais, as taxas de casamento e as de fertilidade se foram alterando. E a lição dada pela experiência japonesa é simples: as mulheres podem ser uma força de trabalho potencial maior do que os economistas normalmente contam.

“Claramente, as mulheres no Ja-

pão queriam trabalhar”, disse Posen. “Isso levanta questões sobre o que é uma expectativa razoável para a participação da força de trabalho feminina.” Esta mensagem pode ser relevante para o banco central dos EUA, a Reserva Federal (FED).

O espaço que o mercado de trabalho dos EUA tem para se expandir é uma questão fundamental para a FED em 2024. Ao longo do último ano, a inflação baixou nos Estados Unidos e as pressões salariais moderaram-se, apesar de as contratações terem permanecido fortes e de a economia se sofrido rápida expansão. Este resultado positivo tem sido possível porque a oferta de trabalhadores do país tem estado a aumentar.

Nos últimos anos, o crescimento da população ativa tem tido duas grandes fontes: a imigração aumentou e a participação na força de tra-

balho tem vindo a recuperar depois de ter caído durante a pandemia. Isto é especialmente verdade para as mulheres em idade ativa, entre os 25 e os 54 anos, que têm participado no mercado de trabalho a taxas recorde ou quase recorde.

Agora, os economistas perguntam-se a expansão pode continuar. A imigração para os Estados Unidos parece estar pronta a manter-se: os economistas da Goldman Sachs afirmam que os Estados Unidos poderão receber mais um milhão de imigrantes do que o normal este ano. A questão é saber se a participação continuará a aumentar.

De momento, parece estar a estabilizar-se numa base global ao longo do último ano. Tendo em conta que a população está a envelhecer e que as pessoas mais velhas trabalham menos, muitos economistas afirmam que o número global poderá manter-se estável e até dimi-







Algumas das políticas mais favoráveis à família que o Japão tem utilizado podem servir de modelo para outras economias.

As taxas de fecundidade e de casamento também estão a baixar na América, por exemplo, embora isso lance as sementes para uma população e uma economia mais pequenas no futuro.

lário no país e a qualidade dos empregos das mulheres não é ótima. São frequentemente mal pagos e com horários limitados. As mulheres também não estão presentes nos cargos de direção das empresas japonesas.

Kathy Matsui, ex-vice-presidente da unidade japonesa do Goldman Sachs Group e a mulher que liderou a ideia da economia feminina, afirma que o esforço precisa de ser continuado.

Ainda assim, a experiência do Japão pode dar pistas sobre o que está para vir nos Estados Unidos. As taxas de fecundidade e de casamento também estão a baixar na América, por exemplo, o que poderá criar espaço para que as taxas de trabalho entre as mulheres jovens e de meia-idade continuem a aumentar a curto prazo, embora isso lance as sementes para uma população e uma economia mais pequenas no futuro. As modalidades de trabalho à distância ou híbridas poderão também facilitar o trabalho dos prestadores de cuidados.

E algumas das políticas mais favoráveis à família que o Japão tem utilizado podem servir de modelo para os Estados Unidos, segundo os especialistas.

“O que o Japão fez bem durante a última década foi criar infraestruturas de cuidados para os pais que trabalham”, refere Kobayashi da EY-Parthenon, referindo que as crianças nas listas de espera dos infantários diminuíram para 2680 este ano, contra 19 900 cinco anos antes. Mas o Japão poderia aprender com a cultura de trabalho mais flexível dos Estados Unidos, diz Wendy Cutler, vice-presidente do Asia Society Policy Institute. Isso permite que as mulheres evitem abandonar o mercado de trabalho e interromper as suas carreiras quando têm filhos. “Olhar para a qualidade destes empregos vai ser cada vez mais importante”, disse Cutler.

*Este artigo foi originalmente publicado no jornal The New York Times*

© 2024 The New York Times Company

nuir com o tempo. Tendo em conta estas tendências, alguns economistas duvidam de que a melhoria da oferta de mão-de-obra possa continuar.

“O reequilíbrio do mercado de trabalho terá de resultar de um crescimento mais lento da procura de mão-de-obra e não de um crescimento rápido e contínuo da oferta de trabalhadores”, concluiu este ano uma análise do Banco da Reserva Federal de São Francisco.

Mas, no final da década de 2010, os economistas também pensavam que o mercado de trabalho dos EUA tinha pouco espaço para acrescentar novos trabalhadores – apenas para se surpreenderem com o facto de as pessoas continuarem a sair do desemprego.

Embora as taxas de trabalho das mulheres mais jovens se tenham mantido relativamente estáveis desde o verão passado, a experiên-

**A lição dada pela experiência japonesa é simples: as mulheres podem ser uma força de trabalho potencial maior do que os economistas normalmente contam. “Claramente, as mulheres no Japão queriam trabalhar”.**

cia japonesa levanta a questão: poderão as mulheres americanas, em particular, acabar por trabalhar em maior número?

Os Estados Unidos já tiveram uma participação mais elevada na força de trabalho feminina para as mulheres em idade ativa do que outras economias avançadas, mas agora foram ultrapassados por muitos outros países, incluindo o Japão a partir de 2015.

Atualmente, cerca de 77% das mulheres em idade adulta nos Estados Unidos têm um emprego ou estão à procura de um. Este número é de cerca de 83% para as mulheres japonesas, contra cerca de 74% há uma década e cerca de 65% no início da década de 1990. Atualmente, as mulheres japonesas trabalham em percentagens semelhantes às da Austrália, embora alguns países, como o Canadá, ainda tenham uma maior participação das mulheres

em idade ativa na força de trabalho.

Essas mudanças ocorreram por várias razões. Por um lado, o Governo japonês tomou algumas medidas políticas importantes, como o aumento da capacidade dos centros de acolhimento de crianças.

A mudança de atitude desta nação em relação à família também desempenhou um papel importante na libertação das mulheres para o trabalho. A idade média das pessoas que se casam pela primeira vez tem vindo a aumentar constantemente e as taxas de fertilidade atingiram níveis mínimos históricos.

“Atrasar o casamento, atrasar os anos de procriação, não se casar de todo – este é o grande pano de fundo social”, disse Paul Sheard, um economista que há muito se debruça sobre a nação.

Mas tem havido limites: continua a haver uma penalização fiscal para quem ganha um segundo sa-





## Entre meadas Paula Cardoso

# Passos atrás, com ideologias de mentira

**D**urante demasiado tempo, a vida da primeira jornalista portuguesa passou-me ao lado. Encontrei Virgínia Quaresma apenas em 2019, no artigo “Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos”, assinado por Cristina Rolão, no Público. Da mesma forma, foi aí que me cruzei com Georgina Ribas e Fernanda do Vale.

Anotei todos os nomes e, de pesquisa em leitura, fui constatando a dificuldade de saber mais. Nesse processo, confrontei-me com políticas de invisibilização e silenciamento, e, pela primeira vez na vida, consegui nomear múltiplas exclusões, e perceber que nunca estive sozinha nos estranhamentos e questionamentos.

Perdi a conta às páginas de livros, teses académicas, notícias e vídeos que consumi para me reeducar, num contínuo de aprendizagens que permanecem em actualização. Não apenas sobre a violência que mais vivo na pele – o racismo –, mas sobre todas aquelas que violam direitos humanos.

Por isso, o facto de apenas há meia dúzia de anos ter começado a ler sobre identidade de género, e de só mais recentemente me ter iniciado na aproximação a vivências trans, nunca me fez questionar a sua existência, e menos ainda o direito de serem exactamente quem são. Pelo contrário, a minha intervenção de combate ao racismo ensinou-me, desde o primeiro momento, a questionar as estruturas de poder, tão blindadas de privilégios quanto avessas a qualquer expressão não-normativa.

Manda a norma curricular, por exemplo, que se insista nos “Descobrimientos”, que não se reconheça que o 25 de Abril começou em África, ou não se estude o contributo de líderes históricos como Amílcar Cabral.

Diante desses e outros esvaziamentos, não falta quem prefira fechar-se na estreiteza de que sabem exactamente o que há para saber. Logo, tudo o que saia do regime de pré-adquiridos é entendido como um ataque ao património comum.

Nos antípodas, há quem, diante de novas informações, opte por questionar o que conhece, e até rever antigas posições.

Assumindo o simplismo, diria que andamos divididos entre esses dois grupos: os que vivem orgulhosamente presos no passado, acreditam possuir o monopólio do conhecimento e vêem-se como mensageiros e defensores da verdade; e os que reconhecem a mutabilidade da vida, a importância de furar as “bolhas” de afinidade e proximidade, e de analisar velhas narrativas – históricas e não só –, à luz do acesso a novas fontes e realidades.

As fronteiras entre uns e outros, especialmente perturbadoras no confronto político,

acentuam-se à medida que avançamos – ou lutamos para avançar – na conquista de mais direitos para mais pessoas.

É nesse distanciamento que se forjam classificações de menorização da diferença, enquanto se inventam ameaças. Assim nasceu a “ideologia de género”, uma espécie de bicho-papão para adultos que, enfiados nos seus armários, expressam o medo de sucumbir a novas orientações, quando confrontados com a pluralidade da natureza humana.

Vai daí, projectam nas crianças e nos jovens os seus receios, insistindo na mentira de que os mais novos andam a ser endoutrinados por uma tal de extrema-esquerda, e que é preciso travar essa cooptação de identidades.

Aliás... identidade. Uma e única, para evitar entusiasmos criativos, felizmente um pouco mais complicados de eliminar do que um logotipo.

Abro parêntesis para assinalar que a explicação para o regresso ao passado, no que se refere à imagem utilizada pelo Governo na comunicação institucional, assenta numa mentira: a de que a mudança visual representava um atentado contra “referências históricas e identitárias”.

Tal como nenhuma referência nacional foi atacada com a actualização da identidade visual do Governo, ninguém está a ser atacado pela “ideologia do género”, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o aborto, ao contrário do que se defende no livro “Identidade e Família”, apresentado na passada segunda-feira pelo ex-primeiro ministro Pedro Passos Coelho.

Em vez disso, demasiadas mulheres continuam a enfrentar barreiras no acesso à interrupção voluntária da gravidez, a violência contra pessoas LGBTQIA+ continua a matar.

Os exemplos do tanto que temos para fazer em defesa da igualdade demonstram que não há tempo a perder com bichos-papões. Nem tão pouco com livros que reeditam propostas de sociedade que se traduzem em retrocessos democráticos.

Mas é nestas armadilhas da direita e extrema-direita que a única política que importa – aquela que pretende resolver os problemas das pessoas – vai definhando.

E contra mim escrevo: enquanto andamos entretidos com petições sobre logotipos, e análises de livros em que conquistas de direitos humanos são apresentadas como “adversários da família”, as nossas vidas vão continuar à margem. Mas, de que forma podemos recentrar a discussão política em nós? Importa continuar a lutar por respostas, com a certeza de que o caminho se faz sem Passos de atraso. Nem ideologias de mentira.

Fundadora do Afrolink



## Opinião Francisco George

# Opinião pessoal (XVIII)

**A** seguir às crónicas sobre as mais frequentes infeções transmitidas por via sexual, de natureza bacteriana, parece-me oportuno tecer algumas considerações sobre prostituição. Começo por esclarecer que as referidas infeções podem ocorrer no decurso de cadeias de transmissão sem qualquer ligação à atividade da compra e venda de relações sexuais.

Pretendo, apenas, lançar ideias para reflexão posterior sobre uma realidade que existe desde há muitos séculos e que não pode ser ignorada.

Ora, como se sabe, o mercado de trabalho relacionado com o sexo é muito antigo. Está bem documentado por escritores e pelos cronistas. A este propósito, é curioso assinalar que aconteceram episódios na Idade Média, descritos por Fernão Lopes (1385-1460), durante o Cerco de Lisboa, em 1384, que, já na época, traduziam preocupações das autoridades em relação à prostituição. É verdade. As forças populares leais ao Mestre de Avis colocaram as prostitutas fora das linhas do cerco, a fim de serem poupadas as reservas de alimentos que escasseavam dentro das muralhas. Uma vez levadas para o exterior, na zona ocidental de Lisboa, foi criada uma nova área urbana que reservava uma rua dedicada à prática da prostituição. Foi uma medi-

da, socialmente aceite, tomada em plena crise dinástica com Castela, durante a Revolução de 1383-1385.

Muito mais tarde, como se sabe, na capital, a prostituição passou a estar concentrada nas zonas antigas da cidade: Bairro Alto, Alfama e Mouraria.

Até 1963, as prostitutas mantinham a respetiva atividade de forma absolutamente legal, na condição de estarem matriculadas. Como tal, eram sujeitas a inspeções sanitárias regulares e a vigilância policial. Mas, a partir desse ano (1963), o Governo de Salazar proibiu o exercício da prostituição e passou a equiparar as prostitutas aos vadios.

Atualmente, depois das alterações ao Código Penal, em 1982, a prostituição de rua não constitui crime nem para quem a pratica, nem para os utilizadores. Porém, a lei criminaliza os promotores e organizadores da prática de prostituição por outra pessoa (crime de lenocínio).

Por outro lado, parece haver a percepção geral de que a crise social e a pobreza podem estar associadas ao aumento da atividade de pessoas que recorrem à prostituição como fonte complementar de rendimento.

Os países da União Europeia não têm uma política comum para lidar, no plano jurídico ou regulamentar, com as realidades da prostituição (feminina ou masculina, hétero ou homossexual).

Há situações chocantes que são quase incompreensíveis. É o caso do Bairro Vermelho na zona antiga de Amsterdão onde as prostitutas se exibem atrás de montras de vidro para atraírem os transeuntes; uma vez as condições aceites (já com cortinados fechados) e concretizada a relação sexual com o cliente, segue-se a respetiva faturação dos serviços prestados na perspetiva do pagamento de impostos pela prestação de serviços ocorrida.

Entre nós, estou convencido de que a prostituição continuará a existir em diferentes modalidades, quer em modelo *outdoor*, quer *indoor*. Tal como no passado, será tolerada no plano social e justamente considerada legal.

Não tenho certezas sobre a oportunidade para a sua eventual regulamentação no futuro. Mas, não tenho dúvidas de que seria bom discutir abertamente o tema.

Ex-diretor-geral da Saúde  
franciscogeorge@icloud.com

“  
**Estou convencido de que a prostituição continuará a existir em diferentes modalidades, quer em modelo *outdoor*, quer *indoor*. Tal como no passado, será tolerada no plano social e justamente considerada legal.**”



# Conselho das Finanças pede ao Governo contas bem feitas e consensos entre partidos

**CONTAS PÚBLICAS** CFP está sobretudo preocupado com a dimensão e impacto desconhecidos de medidas prometidas como aumentos a professores e forças de segurança, apoios a pensionistas pobres e cortes no IRS e IRC.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

**A**s medidas prometidas pela coligação (AD - Aliança Democrática) que ganhou as eleições do passado dia 10 de março e que agora é governo “devem ser quantificadas”, até pela “dimensão orçamental significativa que podem vir a ter” não só este ano, como no resto da legislatura (até 2028), alertou ontem a presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP).

Além disso, o CFP frisou que os partidos com assento parlamentar têm de se entender em áreas como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para garantir que não se desperdiça esse financiamento precioso que, diz-se, vai ajudar o país a crescer mais e a ficar mais moderno, tecnológico, limpo e produtivo.

Na conferência de imprensa de apresentação do estudo sobre “Perspetivas Económicas e Orçamentais 2024-2028”, Nazaré Costa Cabral enumerou as medidas que podem causar problemas mais à frente na sustentabilidade das contas públicas – medidas que o CFP ainda não contabilizou “por não estarem legisladas” ou aprovadas – mas que encara como de “impacto” relevante quando chegarem ao terreno.

Nesse sentido, a presidente do CFP pediu ao governo e aos partidos da Assembleia da República “prudência” nas medidas que venham a aprovar e insistiu que “é importante não haver uma deterioração do saldo primário [saldo orçamental sem contar com despesa em juros] pela importância que tem para trajetória de redução da dívida pública”.

Parte dessa mensagem de prudência passa por conhecer bem as medidas e os seus impactos. Donde, “há a necessidade de haver uma quantificação de quanto é que todas estas medidas vão custar” e “eventualmente um faseamento, um gradualismo” nessas medidas pois “os políticos, todos eles e não só o governo, têm de ter responsabilidade e perceber que vamos ter de assumir compromissos muito firmes a nível europeu em termos de redução de dívida pública”.

Nazaré Costa Cabral referiu-se explicitamente a quatro promessas da AD de grande calibre que é preciso conhecer a fundo e que, à luz das suas palavras, continuam roda-



Nazaré Costa Cabral, presidente do Conselho de Finanças Públicas, pede “prudência” ao governo e aos partidos.

das de névoa: “a recuperação do tempo de serviço dos professores”, “o subsídio de risco para as forças de segurança”, “o reforço do Complemento Solidário para Idosos” e as medidas de desagravamento fiscal, nomeadamente, “ao nível da tributação do rendimento pessoal”.

## Falta de consensos

Em jeito de aviso, o CFP destaca ainda que existem outros “riscos” de médio longo prazo, que nem sequer estão incluídos nos seus atuais cenários, mas que vão certamente exigir respostas coordenadas e coerentes da parte dos políticos, eventualmente, dos dois maiores partidos (PSD e PS), de modo a não pôr em causa as contas públicas num futuro próximo: é o caso da referida redução da carga fiscal (IRS mas também IRC) e dos aumentos salariais públicos substanciais prometidos pelo PSD na campanha eleitoral.

Para mais, assinala o CFP, os partidos no poder vão estar sob o jugo de um novo Pacto de Estabilidade que continua a ser apertado e a exigir fortes restrições do lado da despesa e da receita, sobretudo a um

país como Portugal, que continua a ter uma dívida pública muito acima da fasquia dos 60% do Produto Interno (PIB). Este rácio está a descer, é um facto, mas atualmente ainda se encontra nos 90% do PIB.

“As novas regras orçamentais europeias, que se perspectiva que venham a vigorar já a partir de 2024 e, portanto, no horizonte de projeção aqui apresentado, deverão colocar restrições à evolução da receita, quer da despesa pública”, avisa o Conselho presidido por Nazaré Costa Cabral.

De acordo com o cenário macroeconómico e orçamental que é possível fazer neste momento (em políticas invariantes, isto é, sem adicionar novas medidas, contando apenas com as que se encontram aprovadas e legisladas e fazendo a projeção destas no futuro), Portugal parece ir lançado nos excedentes orçamentais públicos, que consegue manter entre 2024 e 2028.

“Os resultados das finanças públicas portuguesas em 2023, que servem de âncora às projeções aqui divulgadas, estabeleceram um ponto de partida mais favorável do

que se previa para 2024, quer no que respeita ao saldo orçamental, quer no nível da dívida pública. Assumindo a manutenção das políticas em vigor, a trajetória apresentada aponta para a manutenção de excedentes orçamentais até 2028, ainda que de amplitude significativamente inferior ao verificado em 2023 (1,2% do PIB)”, diz o Conselho que avalia as políticas públicas.

Sem novas medidas, as contas públicas entram num género de velocidade de cruzeiro, registando um excedente de 0,5% do PIB este ano, 0,6% no próximo, 0,1% em 2026 (o último ano do PRR, em que é suposto fazer despesa e investimento para encerrar os projetos que faltam). O excedente depois deve recuperar para 0,8% nos dois últimos anos do horizonte de projeção (2027 e 2028).

O peso da dívida pública, atualmente nuns substanciais 99,1% do PIB, também deve continuar a aliviar para 95,3% no final deste ano e chegar a 80,1% em 2028, mesmo com a economia a crescer relativamente pouco (à volta de 2%) e com uma criação de emprego muito frágil. O número de postos de tra-

balho aumenta apenas 0,3% este ano, quase estagna em 2025 (0,1%) e paralisa de facto em 2026 e 2027, com a destruição de emprego a regressar em 2028 (-0,1%).

Seja como for, neste cenário de políticas invariantes do CFP, a taxa de desemprego tende a cair gradualmente: de 6,4% da população ativa em 2024 para apenas 6% no final da legislatura.

“A nível interno, e na sequência do novo quadro parlamentar resultante das eleições legislativas de março de 2024, sinaliza-se como risco para o cenário macroeconómico atual a eventual falta de acordo entre os diversos grupos parlamentares quanto à aprovação da legislação referente aos marcos e metas estabelecidos no PRR”, enumera o Conselho.

“A não aprovação desta legislação poderá pôr em causa o desembolso de algumas verbas programadas ao abrigo do PRR, penalizando a Formação Bruta de Capital Fixo [novo investimento], bem como a trajetória projetada para o produto real no horizonte temporal considerado neste Relatório”.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt





ARTUR MACHADO / GLOBAL IMAGENS

Fernando Guedes de Oliveira, CEO da Sonae Sierra.

## Sonae Sierra em negociações com autarquias com vista a construir para arrendar

**IMOBILIÁRIO** Multinacional afirma-se comprometida em ajudar o país a resolver o problema da habitação.

TEXTO SÓNIA SANTOS PEREIRA

**A** Sonae Sierra, multinacional especializada em imobiliário, está a falar com várias autarquias do país para avançar com projetos *built-to-rent* (construir para arrendar). A empresa tem uma “responsabilidade social em ajudar o país a resolver o problema da habitação”, disse ontem ao DN/Dinheiro Vivo Fernando Guedes de Oliveira, CEO da Sierra, em conferência de imprensa. Sem revelar pormenores, lembrou que o modelo referido “é uma área em franco desenvolvimento nos mercados europeus, mas ainda incipiente em Portugal”.

Para já, a aposta neste produto imobiliário está numa fase inicial. “Ainda não estamos a fazer *built-to-rent*”, mas há “uma grande procura e escassa oferta e não há edifícios, nem operadores para este segmento”, lembrou Guedes de Oliveira. A Sonae Sierra será a promotora e, como é habitual no seu modelo de negócio, quer firmar parcerias para o desenvolvimento destes edifícios destinados ao mercado de arrendamento.

É não é só no *built-to-rent* que a Sonae Sierra quer apostar. Em perspetiva, estão investimentos em produtos como *co-living*, *serviced apartments* e residências sénior. Como sublinhou Guedes de Oliveira, a empresa quer expandir para o setor residencial em Portugal e Espanha. Este “é um novo ciclo de crescimento” da Sierra, frisou.

### 700 milhões em desenvolvimento

Neste momento, a empresa tem em curso projetos imobiliários orçados em 700 milhões de euros, sendo que 40% desse montante já está em execução e os restantes 60% estão alocados a investimentos em fase de licenciamento.

No segmento residencial encontram-se em desenvolvimento o Pulse e o República, este último integra também escritórios, ambos em Lisboa. No Porto, está em construção o Viva Office. Ainda na capital, está a ser edificada a terceira torre do Colombo, obra com 35 mil metros quadrados de área bruta, espalhados por nove pisos. A torre estará concluída no final de 2025, mas já no próximo mês o grupo AXA formalizará a aquisição de 74% do projeto.

A aguardar aprovação, estão quatro projetos residenciais para o segmento médio/médio-alto: dois no Porto, um em Lisboa e um em Bucareste (Roménia).

### Hotelaria é novo negócio

No encontro com jornalistas, a Sonae Sierra anunciou ainda a constituição de uma parceria com a norte-americana PGIM Real Estate, para a compra de ativos na área da hotelaria em destinos consolidados no espaço ibérico.

A PGIM Real Estate é um dos maiores gestores mundiais de imobiliário, respondendo por uma carteira de 210 mil milhões de dólares. Esta *joint-venture*, onde a multinacional portuguesa detém uma posição de 10%, já se materializou na aquisição de um hotel no centro do Porto, cuja inauguração está prevista para a segunda metade do ano.

Segundo Guedes de Oliveira, que não deu mais informações sobre a unidade adquirida, há já quatro outras oportunidades de aquisição em estudo, para concretizar a curto prazo. Em Portugal, o radar desta *joint-venture* está centrado no Porto, Lisboa e Algarve. Nesta parceria, entra também a Iberian Hospitality Solutions, empresa de gestão de ativos e de hotelaria, para criar valor nas unidades hoteleiras.

sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

## Bancos antecipam mais crédito à habitação

**A** pós dois anos de quebras consecutivas no mercado de crédito hipotecário, os bancos estão finalmente a antecipar um aumento da procura por empréstimos à habitação nos próximos meses. A previsão consta do *Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito*, divulgado ontem pelo Banco de Portugal (BdP).

Em concreto, o relatório indica que, de abril a junho, é expectável um “ligeiro aumento da procura de crédito para a habitação e uma ligeira diminuição da procura de crédito para consumo e outros fins”. Já do lado das empresas, espera-se uma diminuição da procura por financiamento.

Também para o segundo trimestre de 2024, os critérios de concessão deverão permanecer “praticamente inalterados no crédito a empresas e no crédito a particulares para aquisição de habitação, e ligeiramente mais restritivos no crédito ao consumo e outros fins”.

### Pedidos rejeitados crescem até março

O estudo do BdP – que se dedica a avaliar trimestralmente a oferta e a procura no setor, com base no reporte das instituições financeiras – concluiu que a proporção de pedidos de crédito rejeitados pelos bancos no início do ano cresceu.

Entre janeiro e março, denotou-se um “ligeiro aumento no crédito para a habitação e aumento nos empréstimos para consumo e outros fins”. Em contrapartida, houve uma “ligeira diminuição nos empréstimos a PME [Pequenas e Médias Empresas]”, refere o inquérito.

Quanto à procura por crédito neste período, observou-se uma redução tanto do lado das empresas, como dos particulares. As altas taxas de juro, nomeadamente a Euribor, que serve de referência para o cálculo da prestação da casa, mas também a própria confiança dos consumidores ajudam a explicar o decréscimo.

MARIANA COELHO DIAS



Opinião  
**Ana Jacinto**

## Dar voz (e crédito) às mulheres

**H**oje quero dar-vos a conhecer um projeto – e uma visão – diferente para ver a vida, encabeçado por um grupo de mulheres “pensantes”, do qual me deram a honra de fazer parte.

Somos 16 mulheres, as que tomaram esta iniciativa, mas sei que somos muitas mais que comungamos dos princípios e valores deste grupo, que “apenas” pretende deixar um mundo melhor aos seus filhos e netos, e um país mais competitivo, mais inovador, mas também mais justo.

Olhando em retrospectiva, passaram-se 50 anos sobre o 25 de Abril, e muita coisa mudou desde então, essencialmente em termos de liberdade e igualdade. A emancipação da mulher, que só obteve o direito ao voto universal em 1974 e que não podia viajar para o estrangeiro sem autorização do marido, foram marcos importantes e são conceitos que hoje nos parecem irreais, mas que aconteceram não há tantos anos assim.

Na área da Educação, éramos um país com elevadíssimas taxas de analfabetismo, e hoje em dia temos uma taxa de analfabetismo de 3,1%, e um quinto da nossa população licenciada, com as mulheres em maioria (cerca de 60%). Na saúde temos uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo e na habitação, 70% dos portugueses conseguem hoje ter casa própria. Isto para além de tudo o resto que a democracia nos trouxe, sistema este que apesar de não ser o perfeito, consegue ser o mais perfeito, entre todos os imperfeitos. Acredito mesmo que os seus defeitos advêm mais da forma como usamos a democracia, e não exatamente do sistema democrático em si.

Neste meio século é, assim, negável o avanço, o progresso e a transformação que a democracia nos trouxe, mas também sentimos hoje que não avançamos como podíamos e deveríamos, havendo mesmo alguma estagnação, senão mesmo um retrocesso,

num caminho que nunca deveria conhecer volta atrás, sendo evidentes as debilidades em áreas que são absolutamente cruciais para nós enquanto indivíduos e enquanto sociedade. Muito se fez, mas muito mais há por fazer para transformar este país num país mais justo e competitivo.

É por isso que unimos a nossa voz e queremos fazer a diferença, com ideias lúcidas e exequíveis, acompanhadas de propostas concretas, vertidas num *Manifesto*, que lançámos no *Dia Internacional da Mulher*, durante o *Fórum “Celebrar a Voz Feminina no Futuro de Portugal”*, e que agora pretendemos apresentar ao novo Governo, para reflexão e discussão.

O *Manifesto* baseia-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde para Todos e Atempada, Transformação na Educação, Cidadania Ativa e Cultura, Equidade Social e Carga Fiscal adequada, Empreendedorismo e Inovação, Habitação e Mobilidade, Justiça Transparente e Burocracia, e para cada área fez-se o diagnóstico e apresenta-se aquela que, quanto a nós, deve ser “a cura”.

Sabemos que não há respostas únicas, nem tão pouco simples, mas se houver abertura e, acima de tudo, vontade de fazer, estaremos todos a dar um forte e determinante contributo para o desenvolvimento do nosso país, quem sabe para a sua sustentabilidade.

“Nenhum país pode realmente florescer quando sufoca o potencial das mulheres e se priva das contribuições de metade dos cidadãos.” As palavras são de Michelle Obama, que usa o seu estatuto de ex-primeira dama dos Estados Unidos, mas sobretudo de mulher, para alertar sobre a necessidade de se ouvir as mulheres, com vista a um mundo mais justo e paritário.

Ouçam-nos, e deem-nos o crédito que acreditamos merecer.

Secretária-geral da AHRESP





Elon Musk comprou o Twitter em 2022 e rebatizou a rede social com o nome X.

# Musk chama “ditador brutal” a juiz do Supremo do Brasil

**POLÊMICA** Milionário ameaça não cumprir bloqueio a perfis do X investigados por envolvimento na preparação de um golpe de Estado e é incluído, por Alexandre de Moraes, nessa mesma investigação. Discussão alastra para o Congresso e anima bolsonaristas.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**, SÃO PAULO

**E**lon Musk, multimilionário dono do X (antigo Twitter), partiu para o ataque contra Alexandre de Moraes, juiz do Supremo Tribunal Federal (STF), do Brasil, a propósito do bloqueio a contas daquela rede social investigadas por envolvimento no planejamento de um golpe de Estado e por discurso de ódio contra as instituições. Numa escalada do tom, Musk começou por afirmar que não cumpriria aquela determinação e acabou a chamar a Moraes “ditador brutal”.

“Por que o Congresso permite o poder de um ditador brutal a Moraes. Ele não foi eleito. Jogue-o fora”, sugeriu Musk. “Como Alexandre de Moraes se tornou o ditador do Brasil? Ele tem Lula na coleira (...), tirou Lula da prisão e colocou o seu dedo na balança para eleger o presidente (...). A próxima eleição será fundamental (...), ele é o ditador (obviamente) não-eleito do Brasil”, escreveu o empresário sul-africano em publicações próprias no X ou em resposta a publicações de políticos da extrema-direita que defendem, sem provas, que a eleição por voto eletrônico de Lula da Silva, como presidente, em 2022, foi uma fraude.

Após Musk ameaçar não cumprir o bloqueio das contas, Moraes determinou a inclusão do empresário

como investigado nos inquéritos que, desde logo, haviam motivado os bloqueios: o “inquérito das mídias digitais”, que investiga ações orquestradas nas redes para disseminar informações falsas e discurso de ódio, com o objetivo de minar as instituições e a democracia; e o “inquérito do 8 de Janeiro”, que investiga, além da invasão à Praça dos Três Poderes, naquele dia de 2023, a tentativa de golpe de Estado cometida por apoiantes, incluindo militares, do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Para justificar a inclusão de Musk no inquérito, Moraes argumentou que “as redes sociais não são terra sem lei, nem terra de ninguém” e que “os provedores de redes sociais devem absoluto respeito à Constituição Federal, à lei e à jurisdição brasileira”. Determinou, por outro lado, que se o empresário não cumprir a ordem da Justiça, reativando os perfis bloqueados, o X estará sujeito a multa diária de 100 mil reais [um pouco mais de 18 mil euros] por perfil.

O presidente brasileiro, Lula da Silva, reagiu ao caso com recados dirigidos a Musk, mas sem mencionar o nome do dono do X, da Tesla e da SpaceX: “Tem gente que não acredita que os desmatamentos e as queimadas prejudicam o planeta Terra. E muita gente não leva a sério o que

significa a manutenção das florestas para a manutenção da qualidade de vida nessa enorme casa que é a Terra. E daqui não podemos fugir. Tem até bilionário tentando fazer foguetes para achar algo no espaço, mas não tem. Ele vai ter que aprender a viver aqui. Ele vai ter que utilizar o dinheiro dele para ajudar a preservar o meio ambiente.”

Houve ainda outras autoridades do Brasil a manifestarem-se a favor de Moraes, como Luís Roberto Barroso, atual presidente do STF, e Rodrigo Pacheco, presidente do Senado e do Congresso. O primeiro lembrou que se travou “recentemente no Brasil uma luta de vida e morte pelo Estado Democrático de Direito e contra um golpe de Estado, que

está sob investigação nesta Corte com observância do devido processo legal”.

“Toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal, às leis e às decisões das autoridades brasileiras. Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do Estado de Direito e que faremos prevalecer no Brasil”, concluiu.

“Há um papel cívico que deve ser exercido pelas plataformas digitais, de não permitir que esse ambiente seja um ambiente de vale tudo. Eu espero que a Câmara dos Deputados possa evoluir, ainda que com alterações naquilo que foi feito no Senado, para termos uma lei federal que discipline essas plataformas digitais no Brasil”, disse, entretanto, Pacheco, uma vez que a controvérsia trouxe à tona o Projeto Lei das Fake News, cuja discussão legislativa está suspensa desde o ano passado.

No campo da direita, os ataques de Musk serviram para reagrupar o bolsonarismo contra *Xandão*, como o juiz é conhecido. Durante um *livena* noite de domingo (dia 7), Bolsonaro chamou a Musk “mito da liberdade”; afirmou que agora há “um apoio de fora do Brasil muito forte” e que “grande parte da liberdade” nas redes sociais no país “está nas mãos dele”.



**Alexandre de Moraes**  
Juiz do Supremo Tribunal Federal

## Outros casos envolvendo Musk

➤ Classificou a pandemia de covid-19 que matou milhões de pessoas como “pânico burro”.

➤ Concorde com Donald Trump sobre fraudes nas eleições dos Estados Unidos, uma tese sem provas. Repete a dose no Brasil, em apoio a Bolsonaro.

➤ Ainda no Brasil, discutiu com Janja da Silva, primeira-dama, após ela ter conta do X hackeada.

➤ Desafiou Putin para uma luta um contra um: quem ganhasse ficaria com a Ucrânia.

➤ Também chamou Mark Zuckerberg, dono do Facebook, Instagram e WhatsApp, para uma luta de MMA e envolveu-se numa corrida espacial com Jeff Bezos, patrão da Amazon.

➤ É acusado por um ex-funcionário da Tesla de ser conivente com abuso racial. Outros ex-funcionários das suas empresas já denunciaram casos de assédio sexual e más condições de trabalho.

➤ Após testes em porcos e macacos, a sua empresa Neuralink anunciou que se preparava para realizar os primeiros testes de *chips* no cérebro de seres humanos.

➤ Defende robôs no lugar de humanos em fábricas. Teve esse projeto na Tesla.

➤ Demitiu ilegalmente, segundo autoridades, críticos que trabalhavam na sua empresa de projetos espaciais, a SpaceX.

➤ É julgado por fraude por, em agosto de 2018, ter assinalado no Twitter que queria retirar a Tesla da bolsa, o que fez o preço das ações da empresa oscilarem fortemente por muitos dias. O juiz considerou o tweet “falso e enganoso”.

➤ Uma reportagem do *Wall Street Journal* acusou o empresário de utilizar LSD, cocaína e outras drogas.

“Quando você comprou o Twitter, para muita gente, aqui no Brasil, foi como um grito de independência, 200 anos depois do que ocorreu aqui”, dissera Bolsonaro a Musk em viagem deste ao Brasil durante o Governo do ex-presidente.

O senador Flávio Bolsonaro, entrevistado pelo programa *Roda Viva*, da TV Cultura, acrescentou que “tudo o que acontece hoje no Brasil na internet automaticamente é puxado para esse grande buraco negro que é o inquérito das *fake news*, que se ramificou em vários outros inquéritos”.





Palestinianos deslocados em Rafah tentam receber comida de organizações não-governamentais.

## Israel acusada de bloquear ajuda alimentar em Gaza

**GUERRA** Telavive anunciou a abertura de rotas de ajuda após pressão dos EUA. ONU diz que muitos comboios de alimentos são recusados.

TEXTO ANA MEIRELES

**A**s Nações Unidas acusaram ontem Israel de bloquear muito mais comboios que transportam ajuda alimentar dentro de Gaza, onde a fome é iminente, do que caravanas que transportam outros tipos de ajuda. Um porta-voz da agência humanitária da ONU referia-se às estatísticas de março, que mostram que era muito mais difícil obter autorização para entregar alimentos do que outra ajuda no território palestino devastado pela guerra.

“Os comboios de alimentos que deveriam ir especialmente para o norte, onde 70% das pessoas enfrentam condições de fome, têm três vezes mais probabilidade de serem recusados do que qualquer outro comboio humanitário com outros tipos de material”, afirmou Jens Laerke, da Agência das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

Israel enfrenta uma pressão internacional crescente para permitir mais ajuda a Gaza, que enfrenta uma catástrofe humanitária seis meses após o início da guerra com o Hamas. Na semana passada, na sequência da morte de sete trabalhadores humanitários da World Central Kitchen, vítimas do Exército de israelita, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, avisou o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de que Washington iria rever a sua

política de apoio caso Telavive não aumentasse a proteção a civis.

Face às acusações da ONU, Israel respondeu dizendo que o principal problema é a distribuição da ajuda das Nações Unidas em Gaza. O COGAT, órgão do Ministério da Defesa de Israel que administra o fluxo de ajuda, disse ontem no X que “741 camiões de ajuda humanitária foram inspecionados e transferidos para a Faixa de Gaza nos últimos dois dias. Apenas 267 camiões de ajuda foram distribuídos pelas agências de ajuda da ONU dentro de Gaza (dos quais 146 transportavam alimentos)”. “A ajuda está disponível, a distribuição é o que importa”, criticou o COGAT.

O porta-voz da OCHA argumentou que estas comparações “não fa-

zem sentido”, por várias razões. “Em primeiro lugar, os camiões controlados pelo COGAT estão geralmente apenas meio cheios. Trata-se de um requisito que eles impuseram”, afirmou Laerke, acrescentando que após inspecionados, estes camiões são reabastecidos pela ONU para mais de metade, pelo que é normal que “os números nunca coincidam”.

“Em segundo lugar, contar e comparar diariamente os camiões inspecionados e a ajuda entregue “faz pouco sentido, porque não tem em conta os atrasos que se verificam” entre estas duas fases, acrescentou. Os atrasos são provocados, nomeadamente, pelos horários de abertura dos pontos de passagem e pelo facto de Israel exigir que “os condutores e camiões egípcios nunca possam estar na mesma zona ao mesmo tempo que os condutores e camiões palestinos” que recolhem as mercadorias, sublinhou a mesma fonte.

Na semana passada, e na sequência do aviso feito por Biden, Israel anunciou que iria permitir a entrega “temporária” de ajuda a Gaza através do porto israelita de Ashdod, 40 quilómetros a norte de Gaza, e da passagem de Erez, no sul do país. Face a este anúncio, os EUA disseram que iam aguardar por resultados concretos das medidas.

ana.meireles@dn.pt

## EUA enviaram armas e munições apreendidas do Irão para a Ucrânia

**APOIO** Antony Blinken disse ser “imperativo” que a Câmara dos Representantes consiga uma votação sobre a ajuda a Kiev “o mais rápido possível”.

TEXTO ANA MEIRELES

**O**s Estados Unidos forneceram à Ucrânia armas pequenas e munições que foram apreendidas durante o envio feito pelas forças iranianas para os rebeldes apoiados por Teerão no Iémen, revelaram ontem fontes militares norte-americanas. A transferência foi levada a cabo na semana passada, num momento em que a Ucrânia sofre com uma escassez significativa de munições – e os legisladores republicanos do Congresso dos Estados Unidos continuam a bloquear novos financiamentos de ajuda –, mas não conseguiu suprir a necessidade de Kiev de itens essenciais, como artilharia e munições de defesa aérea.

“O Governo dos EUA transferiu mais de 5000 AK-47, metralhadoras, espingardas de precisão, RPG-7 e mais de 500 000 cartuchos de 7,62 mm para as Forças Armadas ucranianas” na quinta-feira, enumerou o Comando Central dos EUA (CENTCOM). “Estas armas ajudarão a Ucrânia a defender-se contra a invasão russa” e são suficientes para equipar uma brigada, afirmou a mesma fonte.

As armas e munições em causa foram apreendidas entre maio de 2021 e fevereiro de 2023 de quatro “navios sem pátria”, enquanto os fornecimentos eram transferidos da Guarda Revolucionária do Irão para os rebeldes *Houthi* do Iémen, disse ainda o CENTCOM. “O Governo obteve a propriedade destas munições a 1 de dezem-

bro de 2023, através de pedidos de apreensão civil do Departamento de Justiça”, afirmou.

Washington já havia feito uma transferência semelhante para a Ucrânia no início de outubro, fornecendo 1,1 milhões de cartuchos de munições de 7,62 mm que foram apreendidos às forças iranianas a caminho do Iémen.

Mas o financiamento para artilharia vital e munições de defesa aérea para a Ucrânia está retido no Congresso pelos republicanos desde o ano passado, estando em causa um pacote de apoio de 60 mil milhões de dólares (55,2 mil milhões de euros).

O secretário da Defesa norte-americano, Lloyd Austin, testemunhou ontem no Senado, dizendo que se Washington não cumprir o seu compromisso com Kiev encorajará os inimigos da América. “Seria um sinal de que os Estados Unidos não são um parceiro confiável, e isso encorajaria os autocratas de todo o mundo a fazer o tipo de coisas que Putin fez”, disse.

Também ontem, o secretário de Estado Antony Blinken, numa declaração conjunta com o seu homólogo britânico, David Cameron, disse ser “imperativo” a Câmara dos Representantes conseguir uma votação sobre a ajuda à Ucrânia “o mais rápido possível”. “Sabemos do que eles precisam e sabemos o que é certo para nós. Sabemos que se dermos aos ucranianos o apoio que merecem, eles poderão vencer esta guerra”, afirmou Cameron. **ComAGÊNCIAS**



Cameron foi recebido em Washington por Antony Blinken.



# Puigdemont sai da política se perder a *Generalitat*

**CATALUNHA** Candidato do Junts confia na vitória e diz que só regressa para a investidura, mesmo que a Lei da Amnistia entre em vigor antes.

TEXTO ANA MEIRELES



Puigdemont apresentou a sua candidatura a 21 de março em Elna, no sul de França.

Carles Puigdemont garantiu ontem que deixará a “política ativa” se falhar a eleição para a presidência da *Generalitat* – Governo da Catalunha –, na sequência das eleições nesta região autónoma, marcadas para 12 de maio. Na opinião do candidato do Junts per Catalunya não faz sentido exercer outro cargo no âmbito do *govern catalão* ou noutras entidades. “Não me vejo como líder da oposição”, declarou o atual eurodeputado em entrevista à RAC1. “Alguém que já foi presidente da *Generalitat* não pode estar no Senado ou no conselho de administração de uma grande empresa”.

Puigdemont anunciou a sua candidatura às eleições catalãs há cerca de três semanas numa conferência de imprensa realizada em Elna, no sul de França, país onde se encontra agora a viver depois de ter estado exilado na Bélgica sete anos, desde o referendo independentista de 2017, em fuga da Justiça espanhola. Ontem garantiu que estará em Barcelona para a investidura – quer ganhe ou não, embora admita estar a “preparar o discurso de vitória” – e não antes disso, mesmo que entretanto entre em vigor a Lei da Amnistia.

“Regressarei à Catalunha no dia do debate de investidura. É um ato mais de país do que de partido, fora do contexto eleitoral e com sentido

institucional”, assegurou o antigo presidente da *Generalitat* (cargo que ocupou entre janeiro de 2016 e o seu afastamento por parte do Governo espanhol, na sequência da declaração unilateral de independência da Catalunha após o referendo, em outubro de 2017).

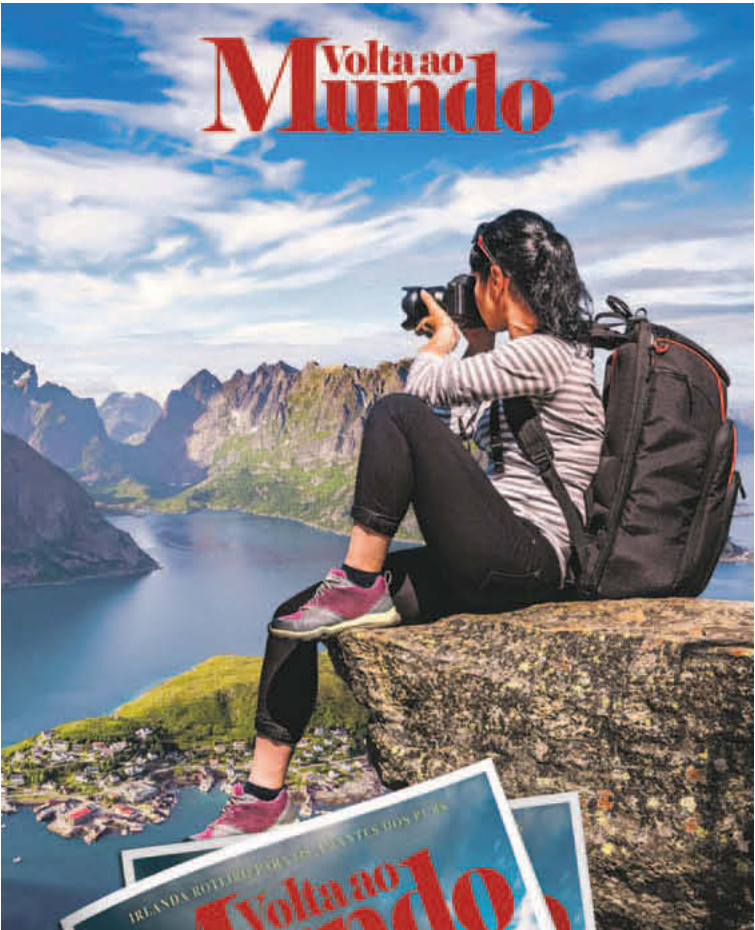
Olhando para um possível cenário pós-eleitoral, Carles Puigdemont garantiu que não negociará com o Partido dos Socialistas da Catalunha (PSC). “Só quero ter maioria no *Parlament* se for independentista, não procurarei um acordo com o PSC e não creio que o PSC o tente fazer comigo. Outra coisa é que façamos acordos lei a lei, e temos a intenção de falar com todos, mas a maioria parlamentar tem de assentar num projeto claramente independentista”, acrescentou na mesma entrevista, referindo-se à ERC, que atualmente lidera a *Generalitat*.

Na segunda-feira, o Supremo espanhol convocou Puigdemont para uma audição, em junho, após as eleições catalãs e as europeias, por causa do *Tsunami Democràtic* – processo relacionado com distúrbios na Catalunha em 2019, incluindo um bloqueio ao aeroporto, pelo movimento autodenominado *Tsunami Democràtic*, com a Justiça a considerar estarem em causa possíveis crimes de terrorismo que Puigdemont poderá ter incentivado. Um processo que o candidato do Junts diz não o preocupar. “Não me preocupa mais do que o resto das acusações destes seis anos e meio”, garantiu.

ana.meireles@dn.pt

## Constitucional dá razão a Sánchez

O Tribunal Constitucional espanhol admitiu, por unanimidade, o recurso apresentado pelo Governo de Pedro Sánchez e suspendeu a iniciativa legislativa popular do Parlamento da Catalunha na qual era pedida a ativação de um processo de independência da região. Ao aceitar este recurso, a iniciativa é imediatamente suspensa por um período de cinco meses, de acordo com o artigo 161.2 da Constituição. Esta iniciativa legislativa popular, apresentada pela coligação Solidaritat Catalana per la Independència, tinha sido aprovada pelo *Parlament* a 2 de fevereiro, sendo que a 26 de março o Governo de Sánchez anunciou que iria apresentar um recurso junto do Tribunal Constitucional a pedir a sua inconstitucionalidade.



JÁ NAS BANCAS

NESTA EDIÇÃO  
**SINGLE TRAVEL**  
O prazer de viajar sozinho

**IRLANDA**  
Roteiro para os amantes dos pubs

**ESPANHA**  
Corunha, onde mar e cultura se fundem







Toni era adjunto de Eriksson na época 1989-90, quando as águias chegaram à final da Taça dos Clubes Campeões Europeus.

# Homenagem. Sven Göran Eriksson fará um último estágio pelo Benfica

**MOMENTO** Treinador sueco é esperado hoje em Lisboa para um tributo no Estádio da Luz amanhã no jogo da Liga Europa com o Marselha. Vata foi convidado, mas não consegue vir da Austrália.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O Benfica vai homenagear amanhã Sven Göran Eriksson durante o jogo da primeira mão dos quartos-de-final da Liga Europa, com o Marselha, um adversário especial. Segundo soube o DN, o treinador sueco, que em janeiro revelou sofrer de uma doença terminal e ter apenas cerca de um ano de vida, é esperado hoje em Lisboa para dar início a um último estágio pelo Benfica, clube que levou a duas finais europeias nas duas passagens pelo banco encarnado, num total de cinco temporadas.

O tributo ao técnico já esteve previsto para o jogo com o FC Porto, mas Eriksson acabou por não viajar a conselho dos médicos. Por isso, o clube liderado por Rui Costa optou por não anunciar a homenagem de amanhã, não vá existir uma contraindicação médica de última hora. De qualquer forma, o DN sabe que o roteiro da homenagem está escri-

to e em andamento, tendo os dirigentes encarnados pedido autorização à UEFA para Eriksson entrar em campo no intervalo do jogo.

A ideia é recriar esse estágio que precedeu o jogo de 18 de abril de 1990 diante do Marselha. O Benfica de Eriksson trazia uma desvantagem de um gol (1-2), mas o “Inferno da Luz” queimou as ambições da equipa de Gérard Gili e as águias deram a volta à eliminatória, com um gol de Vata celebrado por 120 mil espectadores no antigo Estádio da Luz, que valeu o apuramento para a final da Taça dos Clubes Campeões Europeus em 1990 (que perdeu para o AC Milan, 1-0).

A homenagem consiste em simular um estágio. Por isso foram convocados os jogadores dessa época para se apresentarem para uma concentração pré-jogo num hotel, com direito a caminhada matinal, palestra e viagem para o Estádio da Luz, onde o técnico en-

trará em campo para uma esperada enorme ovação, enquanto os ecrãs gigantes do recinto transmitirão imagens da marcante passagem de Eriksson pelo Benfica.

Os adeptos já tinham exigido a Rui Costa “uma homenagem em vida a Sven-Göran Eriksson”, e o presidente do Benfica concordou com o tributo ao técnico sueco de 76 anos, que em março, na *Gala Cosme Damião*, apareceu num vídeo onde revelou que gostaria de ver mais um jogo na Luz: “Infelizmente não pude ir desta vez, mas espero ir ver um jogo do Benfica antes do campeonato acabar. O jogo com o Marselha seria perfeito. Tenham uma boa noite e força Benfica!”

Um desejo que irá cumprir amanhã se a saúde o deixar diante dos franceses [jogo não terá adeptos do Marselha, assim como o encontro da segunda mão não terá benfiquistas], depois de ter concretiza-

do um outro recentemente: o sonho de treinar o Liverpool. Jürgen Klopp deu-lhe essa possibilidade e os *reds* organizaram um jogo de velhas glórias para que o sueco juntasse o Liverpool a um recheado currículo, que começou com uma Taça UEFA pelo Gotemburgo. Seguiu-se uma primeira passagem pelo Benfica, entre 1982 e 1984, com dois títulos de Campeão, uma Taça de Portugal e uma final europeia perdida (Taça UEFA).

Orientou ainda a AS Roma e a Fiorentina, antes de regressar à Luz, onde de 1989 até 1992 venceu mais um Campeonato, uma Supertaça e esteve em mais uma final europeia perdida, a Taça dos Clubes Campeões Europeus em 1990, precisamente frente ao Marselha.

Regressaria a Itália, para a Sampdoria e a Lazio – onde ganhou a *Serie A* com Sérgio Conceição e Fernando Couto – e seria selecionador de Inglaterra. Trabalhou ainda no México, China, Costa do Marfim e Filipinas. O último trabalho foi como diretor desportivo do Karlstad.

## Vata convidado e triste....

Vata soube pelo DN do estado de saúde de Eriksson e confessou que, se soubesse e o Benfica o tivesse convidado com mais antecedência, viria ao Estádio da Luz para a homenagem. Afinal está radicado na Austrália e tem filhos menores a seu cuidado: “A última vez que fui à Luz foi em 2014 e, pelo Eriksson, ia de novo. Pensei que a homenagem era por ele ter sido o nosso treinador nessa época. Fico muito triste por ele e espero que os médicos se enganem.”

O angolano representou o Benfica entre 1988 e 1991. Já tinha marcado em Marselha (1-2), mas estava com problemas físicos e começou o jogo na Luz no banco. “Estava no posto médico, e lembro-me de ele [Eriksson] dizer: ‘Quando as coisas complicarem vou precisar de você.’” E precisou. Foi dele o gol que colocou o clube na final de Viena. O tal gol marcado... com o ombro: “Eu era malandro, mas na minha consciência é mesmo limpinho que não fiz coisa errada. O árbitro também fala a mesma coisa, ele tem a consciência dele tranquila. Eu não posso mudar uma coisa que não sei. Não tenho nada a ganhar ou a perder mantendo ou mudando a história. A pessoa que tocou na bola fui eu e não toquei com a mão.”

Uma versão que mantém há mais de três décadas: “Não posso ficar triste por as pessoas se lembrarem de mim ao fim de 34 anos. Há sempre alguma coisa que nós recordamos para sempre. Eu sou essa coisa.” É assim, sem complexos e de forma despidorada, que o autor de um dos golos mais polémicos da história do futebol mundial fala do *lance* que lhe valeu a glória e também algumas ameaças de morte. **Com C.N.**

isaura.almeida@dn.pt



# “Fiz uma grande arbitragem até aos 83 minutos, depois o Vata...”

**HISTÓRIA** Árbitro do polémico Benfica-Marselha de 1990 recorda ao DN o golo marcado pelo avançado angolano com a mão. Diz que não viu bem o *lance* e que, por isso, continua a achar que não se tratou de um erro.

TEXTO NUNO FERNANDES

**M**arcel van Langenhove. O nome pode não dizer muita coisa à maioria das pessoas, mas este belga, atualmente com 79 anos e já retirado, foi o árbitro da célebre meia-final da Taça dos Campeões Europeus entre o Benfica e o Marselha, no jogo disputado a 18 de abril de 1990, no Estádio da Luz, que ficou para sempre recordado pelo golo do avançado angolano Vata apontado com a mão, que permitiu ao clube da Luz chegar à final, que acabaria por perder frente ao AC Milan.

34 anos depois, e em vésperas de mais um Benfica-Marselha, agora para os quartos-de-final da Liga Europa (a primeira mão é já amanhã na Luz), o DN falou com o antigo árbitro, que mal soube que a chamada era de um jornalista português, atirou logo: “Quer recordar aquele Benfica-Marselha que eu arbitrei em 1990, certo?” Certo.

“Essa história... isso foi há tantos anos. A única coisa que posso dizer é que nesse jogo fiz uma grande arbitragem até aos 83 minutos, depois o Vata... bem, aconteceu aquilo que todos sabem. O Vata marcou um golo com a mão num *lance* que eu não consegui ver. Acho que toda a gente tem a noção disso. Sempre fui um bom árbitro, respeitado, e obviamente não me ia enganar de propósito. Nesse jogo não tive sorte. Como não vi, não considero que tenha sido um erro. Foi uma má decisão”, descreveu ao DN.

“Estavam muitos jogadores à minha frente, talvez uns seis, tinha a visão limitada, não consegui ver bem. E olhem que era um *lance* difícil. Posso dizer que depois do jogo estive a ver repetições pela televisão e só consegui perceber que tinha sido mão à terceira. Isto diz bem da dificuldade”, recordou.

Nesse jogo da segunda mão das meias-finais, o antigo Estádio da Luz estava a abarrotar e o Benfica precisava de anular a desvantagem de 2-1 que o Marselha trazia do jogo do Vélodrome. E o tal golo de Vata, aos 83', na sequência de um canto e de um sequência de cabeça de Magnusson, bastou para as águias se apurarem para a final.

Marcel van Langenhove, que para a semana completa 80 anos e que está ainda ligado ao futebol por colaborar com o Anderlecht na re-  
ceção aos árbitros estrangeiros,



Vata celebra o golo que valeu presença na final de 1990.

lembrou que se fosse atualmente, com as novas tecnologias, a história desse jogo seria diferente: “Se na altura houvesse vídeoárbitro, tê-lo-ia consultado e não seria golo. Mas naquela época havia estas limitações, mesmo com a ajuda dos auxiliares. Às vezes aconteciam más decisões, mas não de forma propositada. Naquele caso ganhou mais dimensão por ser uma meia-final da Taça dos Campeões Europeus, entre duas grandes equipas.”

## A ira e acusações de Tapie

Van Langenhove diz que depois daquela noite de 18 de abril de 1990 nunca falou com nenhum dos intervenientes desse jogo. Mas lembra-se bem da ira de Bernard Tapie, presidente do Marselha na altura, que mesmo anos depois continuou a lançar suspeições, falando “num

arranjinho por um punhado de notas, um presente, uma prostituta enviada ao quarto de hotel”.

O ex-árbitro belga recorda que houve muita gente que ficou chateada. “Os franceses, em especial os adeptos do Marselha, ficaram furiosos comigo. Sobre tudo o presidente Tapie, que não me poupou críticas. Até ameaças de morte recebi, entre outras acusações. Mas são *lances* que fazem parte do futebol. Se atualmente, com o VAR, ainda há erros, imaginem naquela altura. Estávamos mais expostos.”

“Há uns anos dei uma entrevista a um jornalista francês, que me questionou sobre esse jogo. Mas mesmo ele, sendo francês, foi muito correto, sem provocações. Entendeu as minhas explicações. Ninguém gosta de errar, e eu tive uma carreira exemplar, sempre fui considerado um bom árbitro, e nunca me deixei afetar por essa situação. Repito: fiz uma grande arbitragem até aos 83 minutos, depois o Vata...”

O antigo juiz revela que amanhã vai ver pela televisão o Benfica-Marselha “como adepto de bom futebol”, mas que não vai torcer “por ninguém”. “Sou e sempre fui neutral. Tal como nos meus tempos de árbitro de futebol, para mim não existe esta e aquela equipa. É sempre os vermelhos contra os azuis”, garantiu, desejando que “seja um bom espetáculo e que no final não se fale da arbitragem”.

nuno.fernandes@dn.pt



Marcel van Langenhove  
Ex-árbitro de futebol

## Neemias assina contrato que lhe permite jogar *play-offs*

**NBA** Poste português fica assim disponível para representar os Boston Celtics nesta fase da prova, ele que tem atuado mais pela equipa secundária.

O basquetebolista internacional português Neemias Queta assinou um contrato *standard* com os Boston Celtics e poderá, assim, participar nos *play-offs* da Liga Norte-Americana de Basquetebol (NBA), anunciou o clube do Massachusetts.

“Assinámos com Neemias Queta”, anunciaram nas redes sociais os Boston Celtics, que no último defeso tinham recrutado o poste luso, num contrato de duas vias, o que faz com que jogue na equipa principal, mas também nos Maine Celtics, que disputam a *G-League*.

Neemias tem estado nos últimos dias com a equipa secundária, que ajudou no domingo a chegar à final da *G-League*, ao somar 16 pontos e 19 ressaltos no triunfo por

99-77 face aos Long Island Nets, a segunda equipa dos Brooklyn Nets.

Pelos Boston Celtics, o português já cumpriu na temporada 2023/24 um total de 26 jogos, com médias de 4,6 pontos, 4,1 ressaltos, 0,6 desarmes de lançamento, 0,5 assistências e 0,4 roubos de bola, em 11,4 minutos.

Em três anos na NBA, Neemias Queta conta 46 jogos, 26 pelos Boston Celtics, que o contrataram na presente temporada, e 20 pelos Sacramento Kings, 15 em 2021/22, na época de *rookie*, e apenas cinco em 2022/23.

O poste português, de 24 anos, foi escolhido pelos Sacramento Kings na 39.ª posição do *draft* da NBA de 2021, tornando-se no primeiro português a jogar na competição.

## “Conduta vergonhosa”. Ronaldo arrisca dois jogos

**ARÁBIA SAUDITA** Avançado foi expulso no jogo frente ao Al Hilal de Jesus. Relatório do árbitro diz que usou o cotovelo com “força excessiva”.

Cristiano Ronaldo foi expulso anteontem no decorrer da derrota (2-1) do Al Nassr frente ao Al Hilal, de Jorge Jesus, relativo às meias-finais da Supertaça da Arábia Saudita, e arrisca um castigo de dois jogos.

De acordo com o jornal saudita *Arriyadiyah*, o árbitro Mohammed Al Huwaish escreveu no relatório do jogo que a expulsão de Ronaldo configura “conduta vergonhosa”, descrevendo que o avançado português usou o cotovelo com “força excessiva” para afastar o jogador do Al Hilal.

Ronaldo viu um vermelho direto aos 86 minutos da partida. O internacional português contestou a decisão, porque exigia também a expulsão do adversário, e saiu do relvado a bater palmas. De acordo com

a imprensa saudita, os regulamentos disciplinares daquele país punem este tipo de comportamento com uma suspensão de dois jogos e ainda uma multa de 20 000 rials sauditas (cerca de 5 mil euros).

No final do jogo, o treinador do Al Nassr, o português Luís Castro saiu em defesa de Ronaldo: “Já revi as imagens do *lance* e não há toque nenhum na face. O árbitro entendeu por bem dar o vermelho. Na minha opinião debaixo de um quadro de teatro do adversário. É um *lance* de interpretação e acho que o árbitro devia ter ido ao VAR.”

Já Jorge Jesus considerou que Cristiano Ronaldo “não está habituado a perder na carreira, por isso é natural que perca a cabeça quando perde”.





**Ainda Temos o Amanhã,** de Paola Cortellesi, filme de abertura com uma pitada de comédia à italiana.

# Festa do Cinema Italiano: filmes mais vivos do que nunca!

**ITÁLIA** Desta sexta ao próximo dia 21, Lisboa recebe a 17ª edição da *Festa do Cinema Italiana*, este ano com um cartaz robusto e um elenco de convidados bem vistoso. Cinema São Jorge, Cine-Teatro Turim, UCI-El Corte Inglés, Cinemateca e, depois, mais de 20 cidades do país celebram cinema italiano, o de hoje e o de ontem. O diretor da *Festa*, Stefano Savio, conta algumas das novidades.

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA**

**A** 17ª edição da *Festa do Cinema Italiana* não pode haver azar. É essa a convicção de Stefano Savio, o diretor deste festival de cinema que cada vez mais é realmente uma festa cinéfila, mesmo quando em Itália o 17 seja o nosso 13 para o azar...

Filmes de grande cariz popular, memória e uma série de eventos que animam Lisboa com música e gastronomia. Trata-se da continuação da consolidação e a afirmação de uma cinematografia que cada vez é menos rara nas nossas salas.

Este ano, o ponto forte da programação volta a passar pelas antestreias que são exibidas no Cinema São Jorge, logo a começar pelo bem sugestivo *Ainda Temos o Amanhã*, de Paola Cortellesi recordista de bilheteiras em Itália e já com uma sessão extra esgotada nesta *Festa*. Trata-se de uma evocação sensível pelos direitos das mulheres na Itália com direito a um *twist* final carregado de simbologia.

Exemplo de um cinema com neorealismo *pop* que pode servir a diversos tipos de público sem nunca perder uma percentagem de alma e coração. Quem pensar que vai à procura do filme de manifesto pelos direitos femininos talvez apanhe uma desilusão.

Importante ainda reservar atenções para mais um filme de Michelle Placido, *A Sombra de Caravaggio*, com Ricardo Scarmaccio, um retrato sobre o génio do pintor insubmisso, centrado sobretudo no peso da fama do artista. Além de Scarmaccio, o elenco junto Isabelle Huppert e Louis Garrel.

## **Uma obra-prima de um nome grande**

Mas o melhor filme deste ano neste evento deverá ser o esplêndido *O Rapto*, do veterano Marco Bellochio, uma das suas obras-primas supremas, a história de um rapto de um menino judeu pela Igreja Católica, um crime religioso que abalou uma



**Stefano Savio, o carismático timoneiro da Festa.**

família numerosa judia e que manchou a honra do Papa Pio IX. Bellochio a dialogar sobre as fronteiras perigosas entre Estado e Igreja e deixar o coração do espetador a bater muito forte. O filme estreia-se logo a seguir nas salas portuguesas.

Outro dos filmes com nomes desta *Festa* é *Comandante*, de Edoardo de Angelis, a obra que abriu o *Festival de Veneza*. Com uma estrutura clássica, narra-se a epopeia de um comandante de um submarino italiano que na Segunda Guerra Mundial salvou os tripulantes belgas de um submarino inimigo. Uma obra marcada pelo carisma do seu protagonista, Pierfrancesco Favino, e por uma gestão de tensão bem admirável.

## **Regresso de Lucheti**

Por fim, na sessão de encerramento, no dia 21, curiosidade grande para ver o ansiado regresso de Daniele Lucheti, de novo a reunir-se com o seu ator fetiche, Elio Germano. *Confidenza* é um *thriller* sobre um ho-

mem que se apaixona por uma antiga aluna e fica ligado para ela através da revelação de um segredo íntimo. O cineasta de *A Nossa Vida* verá o seu filme, mais tarde, também chegar às salas portuguesas.

Stefano Savio, já bem recuperado de um problema de saúde, sorri quando fala da qualidade dos filmes deste ano: “A qualidade é bem acima da média”, vinca, sublinhando que o lote de convidados deste ano é fortíssimo. E tem razão: estão a chegar a Lisboa Sandro Veronesi, escritor importante no panorama italiano literário, a atriz Jasmine Trinca (descoberta a sério por Moretti em *O Quarto do Filho*), Emma Dante, realizadora mas, sobretudo, nome maior da encenação em Itália, e Ricardo Scarmaccio, superestrela italiana que em breve será Modigliani no *biopic* realizado por Johnny Depp.

## **“Cinema vivo!”**

“Ao longo destes anos conseguimos um trunfo: fazer com que o cinema italiano chegasse mais regularmente às salas de Portugal. Quando começámos com a *Festa*, esse era um dos objetivos! Não queríamos ser apenas um evento ocasional, mas sim também desbloquear esse espaço dentro da exibição comercial de cinema. Consideramos que o cinema italiano está bem vivo e interessante. Formámos público não só para a *Festa*, mas também para a estreia regular dos filmes. A *Festa* como uma ativação do interesse do público português para o cinema italiano”, conta o diretor.

Para Stefano é também importante o facto de esta *Festa* ter originado uma distribuidora, uma associação e a criação do Luso, uma mostra itinerante do novo cinema português em Itália – “é a nossa forma de agradecer a Portugal, levando filmes e realizadores portugueses a Itália”.

## **E para os comensais...**

Como sempre, esta *Festa* não se esquece dos *foodies* e há o habitual cine-jantar, este ano com uma ementa em torno de *Feios, Porcos e Maus*, de Ettore Scola, já na segunda-feira no Beato, no muito afamado A Praça.

“Será comida baseada no 25 de Abril e já está a esgotar! Será muito interessante e é inspirado realmente no filme, mesmo sabendo-se que aquelas personagens não comam propriamente bem. Enfim, será gastronomia popular!”

Antes dos filmes, um aperitivo como deve de ser: amanhã na Casa do Comum, festa *Lasciatemi Cantare*, com *karaoke* italiano e a anfitriã Paula Lovely. Porque, neste festival, a dança (e o canto) são cúmplices... “Esta edição tem uma série de eventos sociais muito fortes, com música, festa e encontros. Acho que vamos animar Lisboa, sobretudo numa altura em que os números das bilheteiras mostram que as pessoas voltaram aos cinemas a um nível semelhante ao da pré-pandemia”, confessa Stefano.



# Para ver sem culpa

**MOSTRA** Surgindo no âmbito da *Festa do Cinema Italiano*, bafejado pelos ares da Abril, o ciclo *Sem Censura* propõe a liberdade mais palpável e fantasiosa. Para acompanhar no Cine-Teatro Turim e no Cinema Fernando Lopes, em Lisboa.

TEXTO INÊS N. LOURENÇO

Uma ideia de ciclo assente na ausência de censura. É isso que se joga dentro das cinco linhas, ou dos cinco filmes, que compõem a mostra a decorrer a partir da próxima semana nas duas mais jovens salas alternativas do circuito lisboeta. Uma ideia de cinema tão pouco conforme à moral e aos bons costumes que até arrisca – imagine-se! – ferir as suscetibilidades contemporâneas, de tal modo o politicamente correto tem vindo a estreitar a aceitação de certas imagens... O convite é então viajar até ao pós-25 de Abril de 1974 e tentar recriar o que terá sido descobrir no grande ecrã o terror de Dario Argento ou o erotismo cru de Tinto Brass. Muitos terão bem presente tal sensação, mas à maior parte de nós só agora será dada a oportunidade de fazer esse exercício de espectador de 74.

Iniciativa peregrina da *Festa do Cinema Italiano*, que arranca esta sexta-feira, o ciclo simplesmente intitulado *Sem Censura* exhibe logo no dia 15, no Cine-Teatro Turim (repete a 21, no Cinema Fernando Lopes), *Que Viva a Revolução!*, de Paolo e Vittorio Taviani, essa engenhosa representação do falhanço revolucionário da Itália do início dos Anos 1970, através da figura de um líder anarquista no século XIX – aristocrata e anti-herói interpretado por Marcello Mastroianni –, em rota de desalento.

Na história das salas portuguesas, ficou como o filme da inauguração do Cinema Nimas, em Lisboa, a 10 de outubro de 1975. Mas

será também, neste contexto, uma forma de homenagear Paolo, o irmão da dupla Taviani falecido no passado mês de fevereiro, e Mastroianni, o ator cujo centenário se assinala em setembro.

Outra das escolhas mais populares chama-se *Feios, Porcos e Maus* (1976), de Ettore Scola, por certo uma das obras emblemáticas do “retrato da miséria” no cinema, qual sátira social capaz de envolver a família italiana de um bairro de lata na mais expressiva amoralidade tragicômica, com pitadas de grotesco.

Um cenário muito diferente de *Profondo Rosso* (1975), que em Portugal recebeu o título programático *O Mistério da Casa Assombrada*, sendo tudo menos um filme de sustos mecânicos e fantasmas... Obra-prima do *giallo*, com assinatura do mestre Dario Argento, *Profondo Rosso*, que agora se pode re-visitar, segue a investigação de um pianista inglês (David Hemmings, o ator de *Blow-Up*), ajudado por uma jornalista italiana, depois de testemunhar o assassinato de uma vidente. Já com todas as marcas de um cinema de pulsão policial, reconhecível pela abundância de sangue e vislumbres das luvas pretas de couro do assassino, eis um fabuloso objeto de culto, realizado imediatamente antes de *Suspiria*.

Já dentro de uma índole muito mais indecorosa, do ponto de vista sexual, vamos encontrar também neste ciclo *Malícia* (1973), de Salvatore Samperi, e *Salon Kitty, O Bordel dos Nazis* (1976), de Tinto Brass,

dois títulos para maiores de 18 anos, que acabam eventualmente por configurar a força máxima do termo “sem censura”.

O primeiro é uma comédia que evolui para a depravação: começa no dia do funeral de uma matriarca e termina com o casamento entre o viúvo e a empregada que substituíra a mãe de família nessa casa só de homens, desde o pai aos três filhos. Com modos cândidos e virtudes demasiado expostas, a protagonista, Angela (Laura Antonelli), vai-se tornando o símbolo de uma alvorada de desejo sexual na residência familiar, até que os jogos eróticos ganham teor explícito...

É com certeza um dos títulos mais provocadores e surpreendentes desta seleção, a que o trabalho do diretor de fotografia Vittorio Storaro dá um toque especialíssimo.

Mas se *Malícia* é uma película de bradar aos céus, o que dizer de *Salon Kitty, O Bordel dos Nazis*? O filme de Tinto Brass, com Helmut Berger e Ingrid Thulin (uma das atrizes de Ingmar Bergman), sobe ainda mais a parada erótica, inspirando-se no romance homónimo de Peter Norden. Estamos perante doses extremas de iconografia, sejam corpos nus ou suásticas, num conto sobre sexo e política que explora o hedonismo no contracampo do poder...

Enfim, para quem quiser sentir a estranheza da licença absoluta, é um facto que, até 21 de abril, ela passa pelas salas do Cine-Teatro Turim e Cinema Fernando Lopes. A liberdade está viva e recomenda-se.



Stefania Sandrelli e Vittorio Gassman em *Tão Amigos Que Nós Éramos* (1974).

## Rossellini e os seus herdeiros

**MEMÓRIAS** O ciclo *O outro 25 de Abril* propõe uma dezena de filmes capazes de nos fazer compreender a unidade (e também a diversidade) do cinema de Itália face às convulsões da história coletiva.

TEXTO JOÃO LOPES

Uma vez mais, a *Festa do Cinema Italiano* demonstra o seu empenho em fazer coexistir as muitas novidades que tem para apresentar com memórias em que a sedução cinéfila está sempre ligada às atribulações da história coletiva. Este ano, a retrospectiva *O outro 25 de Abril*, na Cinemateca e no São Jorge, é especialmente sugestiva. Como se escreve no programa oficial, trata-se de começar por lembrar o 25 de Abril de 1945, data da libertação de Itália do jugo fascista e momento decisivo nos meses finais da Segunda Guerra Mundial.

A inclusão nesta secção de Roma, *Cidade Aberta* (1945), de Robert Rossellini, tinha qualquer coisa de “obrigatório”: estamos, de facto, perante o filme que, além de ter ficado como símbolo central do movimento neorealista, nasceu de uma postura moral, de uma só vez cinematográfica e histórica, cujas componentes humanistas influenciaram de modo decisivo os caminhos da modernidade que se consolidou através das “novas vagas” europeias.

Os dez filmes programados são muito diversos nas datas e nas opções narrativas, incluindo três documentários, objetos preciosos para acedermos a uma história capaz de se desenvolver para lá de qualquer cliché político ou panfletário. São eles: *All'armi siam fascisti!* (1962), de Cecilia Mangini, *Lino del Fra e Lino Micciché*, uma montagem de imagens de arquivo sobre a guerra; *La Donna nella Resistenza* (1965), de Lilliana Cavani, produção da RAI organizada a partir de entrevistas com várias mulheres que participaram na resistência ao fascismo; e *Bella Ciao*

– *Per la libertà* (2022), de Giulia Giapponesi, uma viagem pelas muitas variações e transfigurações de *Bella Ciao*, canção emblemática da resistência italiana contra os nazis, e também contra os colaboracionistas.

Ainda que sendo dos títulos mais conhecidos presentes no ciclo, importa destacar também essa notável crónica social que é *Uma Vida Difícil* (1961), de Dino Risi, *O Conformista* (1970), de Bernardo Bertolucci, subtil reflexão sobre as convicções políticas (ou a ausência delas) a partir do romance de Alberto Moravia, e *Tão Amigos Que Nós Éramos* (1974), de Ettore Scola, um caso exemplar do melodrama enquanto género capaz de articular as convulsões da história com as componentes secretas da intimidade.

Por certo menos divulgados, mas não menos importantes, são *Os Evadidos* (1955), de Francesco Maselli, *L'Agnes Va a Morire* (1976), de Giuliano Montaldo, e *Una Questione Privata* (2017), de Paolo e Vittorio Taviani.

Este último tem qualquer coisa de despedida, uma vez que encerra o trabalho conjunto dos irmãos Taviani: Vittorio ainda colaborou no argumento, mas viria a falecer antes do projeto concluído (a morte de Paolo ocorreu já este ano, a 29 de fevereiro).

Com os seus altos e baixos, o legado dos Taviani pode mesmo ajudar-nos a definir o território em que todos estes filmes, mesmo através das suas muitas diferenças, se enraízam. Este é, afinal, um cinema que, a partir da referência vital de Rossellini, trabalha uma herança temática e estética em que o valor do real (entenda-se: do realismo) não exclui, antes favorece, o aparecimento dos mais variados registos narrativos.



*Malícia* (1973) ou o desejo sem tabus.



### Que fados vai cantar hoje na Casa-Museu Amália Rodrigues?

A título de homenagem, escolhi: *Fado Amália, Foi Deus, Estranha Forma da Vida, Soledade, Maria Lisboa, Cheira Bem a Lisboa, Fadinho Serrano*. Gostaria de poder cantar mais fados da Amália tal como: *Povo que lavas no rio, Com que voz, Lágrima, Primavera, Gai-votas...* Tempo e espaço são limitados. Nos ensaios, Luís Ribeiro, o guitarrista que acompanhou Amália nos últimos cinco anos da sua carreira e que também me acompanhará neste concerto, juntamente com Pedro Pinhal, revelou-me outros dois fados que certamente aprenderei: *Acho inúteis as palavras* e *Meu nome sabe-me a areia*. Eu gosto que haja boa poesia nos textos dos fados de Amália.

### Tirando Amália, quando pensa em fadistas, de que nomes gosta mais?

Amália foi, é e continuará a ser fonte de inspiração para muitos fadistas. Os fadistas da nova geração que ouço com admiração também começaram com Amália, e gostaria de mencionar aqui algumas vozes femininas: Mariza, Carminho, Ana Moura, Dulce Pontes, Cuca Roseta, Sara Correia, Yola Dinis, até a mais nova Tereza Landeiro, mas também a ilustre Maria Teresa de Noronha. E como vozes masculinas: Camané, Luís Ribeiro, António Zambujo, Marco Rodrigues, mas também Alfredo Marceneiro e Carlos de Carmo da velha geração, etc. Também gostei muito de Salvador Sobral e sua irmã Luísa Sobral, quando ganharam o Eurovisão com o *Amar Pelos Dois*.

### Lembra-se de como nasceu o seu interesse pelo fado?

Tudo começou em outubro de 2010, quando li um artigo que falava do programa que Portugal preparava para a entrada do Fado no Património Imaterial da Humanidade para o ano seguinte. No final do artigo encontrei o *Fado Português*. A voz de Amália, a guitarra portuguesa, a letra “O fado nasceu um dia, quando o vento mal bulia e o céu o mar prolongava”, comoveu-me de tal forma que prometi a mim mesmo que viajaria para Portugal para ouvir ao vivo fado. Tudo começou com ele, foi o primeiro fado que aprendi a cantar, foi o primeiro passo no caminho dos descobrimentos lusitanos...

### Os romenos gostam de fado?

O fado na Roménia fascina, as salas ficam cheias quando fadistas portugueses como Amália (três vezes na Roménia!), e hoje Mariza, Ana Moura, Dulce Pontes e outros vêm atuar na Roménia. Quando comecei a realizar concertos de fado na minha cidade, Bacau, fiquei surpreendida ao ver salas cheias. Espero que o meu papel tenha sido também o de propagadora do fado especialmente para a nova geração.

### Vai também cantar músicas de Maria Tanase. Podemos dizer que é a Amália romena?



GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

## Cristina Dascalescu “O fado na Roménia fascina, as salas ficam cheias quando fadistas portugueses lá vão”

**LATINIDADE** O Instituto Cultural Romeno em colaboração com a Fundação Amália Rodrigues organiza hoje em Lisboa, às 17.00 horas, o concerto *Homenagem a Amália. Entre Doina e Fado, entre Dor e Saudade – duas sensibilidades coletivas* pela fadista romena Cristina Dascalescu.

ENTREVISTA LEONÍDIO PAULO FERREIRA

O meu concerto é sobretudo uma homenagem a Amália, mas acho que existe uma grande semelhança entre Amália e Maria Tanase. Maria Tanase é para os romenos o que Amália Rodrigues é para os portugueses. São duas grandes artistas que ultrapassaram o seu tempo, e fizeram história, cada uma reinventando a música tradicional do seu país. Eram duas lendas vivas... duas fontes de inspiração, beleza, força e sensibilidade, com as quais nós, artistas de hoje, temos muito a aprender. É por isso que neste concerto cantarei duas canções do repertório de Maria Tanase para ilustrar musicalmente a proximidade entre elas e para as colocar frente a frente, na mesma casa, como talvez nunca tenham estado. Certamente, as duas gran-

“Depois de vários anos de estudo, posso afirmar que a doina e o fado têm mais características em comum do que parece à primeira vista. Ambos os géneros musicais entraram no Património Imaterial da Humanidade, a doina em 2009 e o fado em 2011.”

des artistas soubessem da existência uma do outra, mesmo que nunca se tenham encontrado.

### Doina é a música popular romena. Temas são semelhantes ao fado?

“Diz-me de onde vens, para eu saber que músicas trazes contigo? Sou da Roménia e trago comigo a doina romena.” Depois de vários anos de estudo, posso afirmar que a doina e o fado têm mais características em comum do que parece à primeira vista. Ambos os géneros musicais entraram no Património Imaterial da Humanidade, a doina em 2009 e o fado em 2011. Doina é também uma canção da saudade e da solidão, do sofrimento e da alienação, do amor infeliz e da velhice difícil e expressa uma ternura especial de sentimentos. É uma canção ancestral.

No seu passado histórico, tudo o que os romenos cantavam era chamado “doina”. Por isso, o verbo “a doini”, era equivalente a “cantar” – “cantar a saudade” / “a cânta de dor”. O camponês romeno cantava a doina em todas as circunstâncias da vida, sozinho na intimidade do seu lar, para curar a sua alma, especialmente quando estava trabalhando na terra. Doina também expressou vários aspetos da vida social, relembrando também períodos em que os romenos foram dominados por vários impérios (otomano, austro-húngaro, russo). A melodia de uma doina autêntica não tem caráter fixo, é impossível ser cantada duas vezes da mesma maneira, porque o intérprete improvisa de acordo com o seu estado da alma. Doina é uma criação lírica rural, ao contrário do fado, que é uma criação lírica urbana.

### Sei que é professora de Literatura e tradutora. O que já traduziu de português para romeno?

Então, no início encontrei uma frase de Amália: “O fado é um mistério. Nunca ninguém vai conseguir explicá-lo”, o que intrigou a minha curiosidade. Foi exatamente este facto que me fez ambicionar traduzir, para mim, *Para Uma História do Fado*, de Rui Vieira Nery, para que pudesse compreender “O Que é o Fado?”. Depois, aos poucos, acabei por traduzir para o romeno *Morreste-me*, de José Luís Peixoto, *Fado Alexandrino*, de António Lobo Antunes (juntamente com o poeta e tradutor Dinu Flamand), e *Gato Malhado e a Andorinha Sinhá*, de Jorge Amado (que aguarda uma editora para publicar). E continuarei a traduzir literatura portuguesa.

### A latinidade comum de romenos e portugueses une os dois países?

Embora geograficamente os dois países estejam nos extremos da latinidade, eles compartilham o semelhante espectro emocional, uma sensibilidade especial, expressos através destas canções tradicionais – fado e doina – que são a expressão da alma de povos em que o sentimento dominante é para os portugueses “saudade” e para os romenos “dor”. Provavelmente, no substrato arcaico da latinidade, os povos daquela língua comum sentiram a necessidade de expressar os momentos essenciais da vida através da palavra ou da melodia, recorrendo a algumas raízes profundas, sobre destino, dor, ausência, amor, vazio, esperança. Encontramos também etimologias surpreendentes para “dor” e “saudade”. Que vêm do latim popular, mas também do galego, do provençal, do catalão ou de outras variantes do latim popular local. Inclusive desde a adolescência da língua portuguesa. Cantar tais textos e tais melodias é também uma operação arqueológica da alma coletiva.





PAULO SPRINGER / GLOBAL IMAGENS

Eugénio Lisboa era membro da Academia das Ciências de Lisboa.

## Poeta, ensaísta e crítico literário. Eugénio Lisboa morre aos 93 anos

**CULTURA** O grande especialista na obra do escritor José Régio, estudioso do Neorrealismo, deixa uma vasta obra.

O poeta, ensaísta e crítico literário Eugénio Lisboa, especialista na obra do escritor José Régio (1901-1969), morreu ontem em Lisboa, aos 93 anos. Eugénio Lisboa nasceu a 25 de maio de 1930 na, então, cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), em Moçambique, e deixa uma vasta obra, desde mais de 20 títulos de ensaio e crítica literária, a poesia, diário e memórias, tendo ainda organizado antologias de autores portugueses publicadas no Reino Unido. Dedicou-se ao estudo da literatura portuguesa, particularmente do Neorrealismo, tendo lançado a primeira obra em 1957, *José Régio. Antologia, Nota Bibliográfica e Estudo*, autor a quem dedicou muito do seu trabalho, seguindo-se, entre outros, *O Segundo Modernismo em Portugal* (1977) e *Poesia Portuguesa: do 'Orpheu' ao Neorrealismo* (1980).

A editora Guerra & Paz lançou quatro obras de Eugénio Lisboa nos últimos anos: *Poemas em Tempo de Peste* (2020), *Vamos Ler! Um cânone para o leitor relutante* (2021), ensaio sobre a leitura, *Poemas em tempo de guerra suja* (2022), e *Soneto – Modo de usar*, editado em abril.

Em 1947, Eugénio Lisboa saiu de Moçambique para Lisboa no intuito de estudar Engenharia Eletrotécnica no Instituto Superior Técnico, regressando a Moçambique em 1955, onde desenvolveu intensa atividade cultural na imprensa, no Cineclube e no Rádio Clube, tendo codirigido com o amigo Rui Knopfli, os suplementos literários de jornais desafetos ao regime colonial, casos de *A Tribuna* e *A Voz de Moçambique*. Devido à censura do Estado Novo, usou os pseudónimos literários Armando Vieira de Sá, John Land e Lapiro da Fonseca.

Além de escritor, ao longo da vida, Eugénio Lisboa foi, paralelamente, gestor de uma petrolífera e professor de Literatura, deixando Moçambique em 1976, ano em que foi para França ocupar o cargo de

diretor-geral da Compagnie Française des Pétroles, área da sua principal atividade profissional durante 20 anos (1958-78), em acumulação com a docência universitária de Literatura Portuguesa, nas universidades de Lourenço Marques, Pretória (1974-75) e Estocolmo (1977-78).

A partir de maio de 1978 exerceu funções diplomáticas, ocupando durante 17 anos consecutivos o cargo de conselheiro cultural da Embaixada de Portugal em Londres (1978-1995), e, mais tarde, presidiu à Comissão Nacional da UNESCO (1996-1998) e foi professor catedrático convidado da Universidade de Aveiro (1995-2000).

Em Portugal, teve colaboração dispersa no *Jornal de Letras*, *LER*, *A Capital*, *Diário Popular*, *O Tempo e o Modo*, *Colóquio-Letras*, *Nova Renascença*, *Oceanos* e outros, dirigiu a publicação, na Imprensa Nacional, das obras completas de José Régio, e assinou dezenas de introduções, prefácios, posfácios e recensioni críticas.

Entre 1976 e 2016, lançou *José Régio. A Obra e o Homem*, *José Régio. Uma Palavra Viva*, *José Régio. A Confissão Relutante*, *José Régio. Uma Literatura Viva*, *O Essencial sobre José Régio*, *No Eça nem com uma flor se toca: Eça visto por Régio*, *Ler Régio e Correspondência com José Régio*.

Membro da Academia das Ciências de Lisboa, na Classe de Letras, Eugénio Lisboa foi Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Nottingham, do Reino Unido (1988) e pela Universidade de Aveiro (2002), e em 2018 recebeu o Prémio Tributo de Consagração, outorgado pela Fundação Quinta das Lágrimas, de Coimbra. Foi agraciado com os graus de Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1980), Comendador da Ordem de Mérito (1993) e Comendador da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, de Mérito Científico, Literário e Artístico (2019).

DN/LUSA



Opinião  
**Carlos Rosa**

## O Governo fez um reset na política... e no design também!

Escrevi, há um par de semanas, sobre “o falhanço gráfico” visível nas escolhas formais para o novo símbolo adotado pelo Governo de Costa, já no seu final de mandato.

Hoje escrevo sobre o falhanço de andar para trás. Escrevo sobre o retrocesso visual e intelectual na escolha de se voltar a utilizar o anterior símbolo, que data do XIX Governo Constitucional, ou seja, da Legislatura de Passos.

Retrocesso intelectual aos olhos daquilo que é o assunto onde melhor sei esgrimir argumentos, que é o design. Porque aos olhos da política, quer-me parecer que a decisão não se aproxima nem de perto nem de longe a uma resolução fundamentada naquilo que o design gráfico pode, ou poderia!, trazer de bom a este e a qualquer outro Governo. A decisão é claramente um sinal de conservadorismo encostado a uma direita tradicional, que é como quem diz, com a esfera armilar, com o escudo e com os símbolos de uma república ninguém brinca!

O Eduardo fez o seu melhor. Não brincou! Fez aquilo em que acreditava. Eu próprio escrevi no dito texto que o símbolo era pobre. Era omissivo numa representação fiel e digna da “marca” Governo de Portugal (e não República, mas isso é assunto para outro texto!). Mas uma identidade não vive só do seu símbolo. Vive do tipo de letra original, que seria o primeiro e exclusivo do Go-

verno, vive das declinações visuais, vive de suportes de comunicação regrados e normalizados para contextos impressos e digitais. Vive de uma parafernália visual arquitetada para um fim muito específico: comunicar condignamente um Governo. E isso o Eduardo fez bem! Um símbolo, um logotipo, uma sigla, por si só não fazem um projeto, não definem uma identidade.

Nós, *designers*, queremos que a discussão seja sobre design. E queremos-lo bem! Queremos afirmar uma profissão que ainda não ultrapassou o patamar técnico, ao nível da administração pública. Infelizmente continuamos a ser os tipos dos bonecos. Somos os sujeitos que desenham bem, a quem é fácil traduzir conceitos complicados, crenças e ideais intrincados num simples rabisco, num símbolo. Somos os indivíduos que criamos as cadeiras onde os ministros se sentam, antes

delas existirem, somos os indivíduos que concebemos o mundo fabricado, que definimos a cultura material, que contribuimos para a definição visual e formal de uma época, de uma década, de um recorte cronológico. Mas continuamos na sombra, o que prova que só nós entendemos que este retrocesso visual é mau. Nem os media nos chamaram para discutir o assunto enquanto especialistas. E porquê?

Porque a decisão é política. Repito: política.

A decisão é fazer reset com um passado socialista. É fazer um reboot conservador, antigo, contra o que é diferente e radical. É fazer um reiniciar à máquina governativa.

O Governo quando toma a decisão, acredito que não entende o verdadeiro poder do design. E é por isso que os designers, os publicitários e todos os profissionais da imagem estão em agonia: não nos ouviram, não nos respeitaram, e o pior de tudo é fazerem sentir que o nosso trabalho é tão descartável quanto uma lata de refrigerante depois de a bebermos.

Mas esta é a verdade com a qual não queremos lidar: o nosso trabalho pode ser descartável. Mas o que não pode acontecer, diria eu, é descartarmos um artefacto sem termos o verdadeiro conhecimento sobre ele. Sem o entender. Sem cogitar quais as possibilidades que ele nos pode trazer. A isto chama-se ignorância.

No entanto eu, *designer*, quero perdoar, ou pelo menos tentar! Porque quero acreditar que esta decisão foi só uma decisão política.

Baseada na ignorância, certo, mas só e apenas, política.



Designer e diretor do IADE  
– Faculdade de Design,  
Tecnologia e Comunicação da  
Universidade Europeia







Lisboa é uma das cidades escolhidas para uma experiência romântica.

# Viagens imaginadas por outros para nos desafiar

**EXPERIÊNCIAS** O *Dia do Beijo*, no próximo sábado, pode ser assinalado com um curso instantâneo de romantismo, um dos programas da Ipiik, que se autointitula agência de viagens apesar de não assegurar transporte. Mas garante que nos leva a viver a cidade como nenhuma outra o consegue fazer. É só seguir as indicações e deixar-se surpreender.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

“Tenho um sonho para te mostrar: viagens de fazer sonhar.” Esta foi a frase que deu o pontapé de saída a uma nova agência de viagens bem diferente daquelas que encontramos no mercado. Na Ipiik, mais importante do que o local que se visita, é o próprio viajante e a experiência que este retira. O projeto deu os primeiros passos há meia dúzia de meses, o tempo necessário para o montar depois da conversa de Rui Neto Pereira com um amigo num lanche.

“São viagens imaginadas”, resume o responsável, um antigo jornalista e argumentista que agora coloca a imaginação e a escrita ao serviço do lazer e do entretenimento. Para Rui Neto Pereira o importante era oferecer um serviço radicalmente diferente daquele que as agências de

viagens tradicionais oferecem. “Essas vendem um destino, nós achamos que o mais importante é o viajante”, compara.

Por isso, mesmo sem vender transporte seja para onde for, acredita ter o produto perfeito para assinalar o *Dia Internacional do Beijo*, que se celebra no sábado: um curso instantâneo de romantismo, nome de um programa que mais do que virado para gestos românticos é divertido. “Rir também é uma forma de amor”, comenta Rui Neto Pereira.

A proposta para o casal é simples: andar um dia inteiro por Lisboa ou Porto (apesar de haver o plano de expandir o leque de destinos possíveis, estas são as cidades atualmente disponíveis nos programas), desenvolver o sentido de romance em oito divertidas lições, e, à noite, mudar de nome e assumir uma nova

● A proposta para o casal é simples: andar um dia inteiro por Lisboa ou Porto, desenvolver o sentido de romance em oito divertidas lições, e, à noite, mudar de nome e assumir uma nova personagem.

personagem. “Vão fingir que não se conhecem e marcar um encontro para jantar”, no qual dispõem de um *Manual do Engate* para potenciar ainda mais a tal dinâmica do riso, explica o responsável.

Após a aquisição do programa, no *site* da Ipiik, o cliente é contactado para aprimorar a encomenda em função dos seus desejos e depois recebe um *e-mail* com todas as informações, entre as quais um código que lhe dá acesso à experiência na *app*. O telemóvel é obrigatório, pois é a partir dele que se recebem todas as indicações e passos a dar para viver esta viagem imaginada.

Para Rui Neto Pereira, a Ipiik é uma forma completamente diferente de conhecer uma cidade, já que acrescenta “*layers*” àquilo que é o normal, transformando percursos em experiências diver-

tidas, sejam elas feitas em casal, com um grupo de amigos ou sozinho, já que há programas para vários tipos de objetivos.

Na área do romance, há ainda uma experiência em que o Santo António guia e desafia o casal ao longo do dia e ainda o surpreende com uma aparição ao jantar. Ou um jogo para solteiros, em que os clientes recebem ao longo do dia várias mensagens no telemóvel que os levam a encontrar-se e interagir com estranhos (outros clientes) e, à noite, a participar num jantar com animação onde podem desenvolver esses contactos feitos anteriormente e, quem sabe, conhecer alguém especial.

Mas também há programas para preparar uma festa de aniversário diferente ou para fazer a “mais louca” despedida de solteiro. E em breve haverá propostas para famílias com filhos menores. São as tais viagens imaginadas por “escritores que vivem no mundo dos sonhos” a ganhar vida nos outros. Há quem queira saber todos os detalhes; há quem prefira saber apenas o essencial mas, segundo Rui Neto Pereira, todos são surpreendidos.

Com poucos meses de atividade, a Ipiik tem um balanço positivo. “As pessoas estão muito ávidas de tudo o que é diferente”, argumenta o responsável. Uma experiência custa cerca de 75 euros, já um programa com *city break* varia entre os 300 e os 1900 euros, dependendo do hotel e dos restaurantes escolhidos.

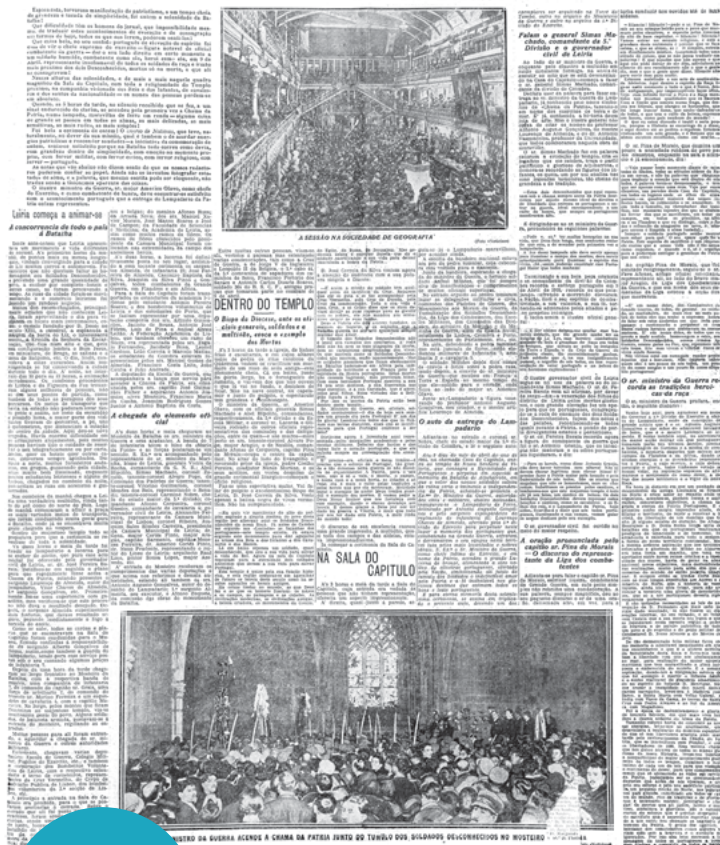




## ESTÁ ACESA, NA BATALHA, A CHAMA DA PATRIA

Os dois Soldados Desconhecidos, repousam em campa rasa na Sala do Capitulo

O que foi a emocionante e patriótica cerimonia de ontem solenizando o 9 de Abril — O Ministro e o soldado humilde lado a lado — Os eloquentes discursos do Bispo de Leiria, dos oficiais e do Ministro da Guerra



O DN  
DE HÁ CEM  
ANOS

# AS NOTÍCIAS DE 10 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN CRISTINA CAVACO, LUÍS MATIAS E SARA GUERRA

## Leiria começa a animar-se A concorrência de todo o país à Batalha

Desde ante-ontem que Leiria apresentava um movimento e vida diferentes do normal. A's primeiras horas da manhã, de pontos mais ou menos longínquos, vinham convergindo para a cidade do Liz muitos carros e automóveis. Forasteiros que não queriam faltar às homenagens aos Soldados Desconhecidos, e prevendo uma grande quantidade de povo, a encher por completo, hotéis e outras casas, se foram precavendo, a tempo. As ruas da cidade foram-se movimentando e o comércio leiriense foi fazendo um rendoso negocio.

Muitos dos recém-chegados, principalmente aqueles que não conhecem Leiria, foram aproveitando o dia para visitarem os locais mais interessantes, como: o castelo fundado por D. Denis no século XIII, a catedral, a esplanada à margem da bacia do Liz, o interessante museu, a Ermida da Senhora da Encarnação, que fica num alto e que, pela sua configuração lembra o Bom Jesus, em miniatura, de Braga, as salinas e a mina de Salgema, etc. O dia, lindo, convidava a estas excursões. Assim movimentada se foi conservando a cidade durante todo o dia. À noite, no intervalo das 10 para as 11 horas, a animação recrudescceu. Os comboios procedentes de Lisboa e da Figueira da Foz trouxeram alguns milhares de pessoas, não só dos seus pontos de partida, como também de todas as paragens dos seus percursos. Os meios de transporte que havia na estação não puderam levar tanta gente e assim, no meio da escuridão e pisando lama, a maior parte dos visitantes tiveram de percorrer, a pé, uns 3 quilómetros, que distanciam a estação do centro da cidade. Aqui deu-se nova tragédia. Havia enorme dificuldade em se arranjar alojamentos, pois muitas pessoas haviam tido o cuidado de reservar o seu telegraficamente ou por carta. Assim, quer os hotéis quer outras casas, estiveram sempre apinhados. Durante a noite, muitos forasteiros andaram, em grupos, passeando pela cidade, almas muito bem iluminadas, enquanto muitos estudantes leirienses e alguns de Lisboa, chegados no comboio da noite, percorriam as ruas em serenatas e guitarradas.

Nos comboios da manhã chegou a Leiria uma verdadeira multidão, vinda tanto do sul como do norte do país. Logo de manhã começaram a afluir à praça os mais variados meios de transporte, que foram conduzindo muita gente para a Batalha, onde já se encontrava muita gente chegada na véspera.

Dentro do majestoso templo tudo se preparava para que a cerimonia se revestisse de toda a solenidade.

A's duas horas e meia da tarde foi tirada ao lampadario a lucerna para se encher de azeite, que para esse acto inicial foi oferecido pelo governador civil de Leiria, sr. dr. José Pereira Barata. Detalhou-se em seguida o plano para que rapidamente fosse acesa a Chama da Patria, estando presentes o sargento Lourenço de Almeida, autor do lampadario, Viçor Chaves de Almeida, 1.º sargento Gonçalves, etc. Primeiramente fez-se uma experiencia com gasolina, mas verificou-se que este processo não dava o resultado desejado. Depois, o sargento Almeida experimentou dois fosforos, que deram resultado seguro, pegando imediatamente o fogo à torcida do azeite.

Como se sabe, todas as corôas e placas que se encontravam na Sala do Capitulo foram conduzidas para o Museu, ficando confiadas a responsabilidade do sargento Alberto Gonçalves de Sousa, assim como também a guarda do lampadario, sendo para esse serviço postas sob o seu comando algumas praças de Infantaria 7.

Depois de uma hora da tarde chegaram ao largo fronteiro ao Mosteiro da Batalha, com a respectiva banda de musica, uma companhia de infantaria 7, do comando do capitão sr. Graís, uma força de artilharia 2, do comando do tenente sr. Marino Ferreira e um esquadrão de cavalaria 4, com o capitão Marciara. No largo, pelos montes que ficam fronteiras ao majestoso templo, via-se muitissima gente do povo. Alguns soldados, de baloneta armada, postavam-se á entrada do mosteiro, regulando as entradas;

Muitas pessoas para ali foram entrando, a aguardar a chegada do sr. ministro da Guerra e outras autoridades militares.

Entretanto, chegavam varias deputações: Escola de Guerra, Colegio Militar, Pupilos do Exercito, etc., e também a corporação dos Bombeiros Voluntarios de Leiria, com o respectivo estandarte e terno de corneteiros, representantes da Cruz Vermelha, do Corpo de Salvação Publica de Lisboa, dos bombeiros voluntarios da 3.ª secção de Lisboa, etc.

A principio a entrada na Sala do Capitulo era proibida, para o que se postaram sentinelas á entrada. Sobre o estrado que ali foi posto para uso dos oradores, foram sendo colocadas varias corôas; sendo uma de carvalho, bagas de louro, louças e fios telegraficos; do batalhão de telegrafistas de praça; outra da colonia portuguesa no Brasil, outra da Camara de Comercio da America; dos Pupilos do Exercito, em-maremore e bronze, dos combatentes france-

ses e belgas; do menino Afonso Rosa; da Arcada Nova; dos srs. Manuel Xavier Morato, José Manso Soares e José de Campos; da Faculdade de Sciencias e Medicina; da Academia de Leiria, assim como muitos ramos de flores. Os ramos de flores oferecidos pelo presidente da Camara Municipal foram colocados nas extremidades da campo dos anónimos heróis.

A's duas horas, a lucerna foi definitivamente posta no seu lugar, assistindo a essa tocante cerimonia os srgentes Almeida, de infantaria 23; José Ferreira de Almeida, Casimiro Baptista da Silva, Joaquim da Silva Pinto e Gonçalves, todos combatentes da Grande Guerra, em Flandres e em Africa.

Para a Sala do Capitulo foram transportados os estandartes da academia leiriense pelo estudante Antonio Pereira Soares; e dos bombeiros voluntarios de Leiria e dos estudantes do Porto, que se faziam representar por uma deputação composta dos srs. Alfredo Guimarães, Jacinto de Sousa, Antonio José Flores, Luis de Pina e Anibal Abreu Leitão. A Federação Academica de Lisboa, que também ofereceu um ramo de flores, era representada pelos srs. Zagalo Fernandes, Jacobety Rosa, Leonel Cardoso, Leão Correia e Marcelo Matias; os estudantes de Coimbra estavam representados pelos srs. Manuel Gomes de Almeida, Francisco Costa Leite, João Cunha e João Andrade.

A deputação da Escola de Guerra, que acompanhava a lança que serviu para acender a Chama da Patria, era constituída pelos srs. capitão José Guimarães Ficher e aspirantes Antonio Joaquim Alves Monteiro, Francisco Maria da Cunha, Joaquim Rodrigues Goines Junior e Antonio Baptista da Costa.

## A chegada do elemento oficial

A's duas horas e meia chegaram ao Mosteiro da Batalha os srs. ministro da Guerra e seus ajudantes. A banda do 7.º de infantaria tocou o hino da «Maria da Fonte» e as forças postaram-se em sentido. S. Ex.ª era acompanhado pelo representante do sr. ministro da Marinha, bispo de Leiria, generais Vieira da Rocha, comandante da G. N. R.; Abel Hipolito, Simas Machado, coronel Zambith, tenente-coronel Alvaro Pope, da Comissão dos Padrões de Guerra; tenente-coronel Vitorino Guimarães; coronel Mendes dos Reis, representando o Senado; tenente-coronel Carminé Nobre, chefe do estado maior, da 5.ª divisão; comandante Afonso Cerqueira, coronel Guedes, comandante de cavalaria 4; governador civil de Leiria, Alexandre Ferreira, representante da Camara Municipal de Lisboa; coronel Ribeiro, Joaquim Sales Simões Carreira, presidente da Camara Municipal de Leiria; dr. Gens, major Cortes Pinto, major Aragão, capitão Sarmento, capitão Menezes Ferreira, dr. Americo Cortes Pinto, dr. Nuno Prudente, representando o reitor do Liceu de Leiria; architecto Raul Lino, pintor Sousa Lopes, major Azevedo, etc.

A entrada do Mosteiro receberam os cumprimentos das varias deputações a que acima nos referimos e demais autoridades, estando ali também os srs. Antonio Augusto Gonçalves, autor do desenho do Lampadario; 1.º sargento Almeida, seu executor, e Afonso Zuquete, da comissão das obras do monumento da Batalha.



# ESTÁ ACESA, NA BATALHA, A CHAMA DA PATRIA

Os dois Soldados Desconhecidos, repousam em campa rasa na Sala do Capitulo

O que foi a emocionante e patriótica cerimonia de ontem solenizando o 9 de Abril — O Ministro e o soldado humilde lado a lado — Os eloquentes discursos do Bispo de Leiria, dos oficiais e do Ministro da Guerra

Esplendida, fervorosa manifestação de patriotismo, a um tempo cheia de grandeza e tocada de simplicidade, foi ontem a solenidade da Batalha!

Que dificuldade têm os homens do jornal, que impossibilidade mesmo, de traduzir estes acontecimentos de evocação e de consagração em termos de hoje, todos os que nos lerem, poderem senti-los!

Que coisa bela, no seu sentido português de elevação do espirito foi essa de ver o chefe supremo do exercito — figura notavel de official combatente da guerra — dar o seu lado direito em certo momento a um soldado humilde, combatente como ele, heroi como ele, em 9 de Abril, representante inofismavel de todos os soldados da raça e irmão mais proximo dos dois Desconhecidos, mortos só na morte, e que ali se consagravam!

Nestas alturas das solenidades, e de mais a mais naquele quadro magnifico da Sala do Capitulo, com toda a religiosidade do Templo proximo, na companhia visionada dos Reis e dos Infantes, de cavaleiros e dos santos da nacionalidade — os nomes das pessoas perdem-se em absoluto.

Quando, as 5 horas da tarde, no silencio recolhido que se fez, a um sinal endurecido do clarim, se acendeu pela primeira vez a Chama da Patria, numa lampada, maravilha de ferro em renda — alguma coisa de grande se passou em todas as almas, as mais delicadas, as mais sensitivas, as mais rudes, as mais simples!

Foi bela a cerimonia de ontem! O *Diário de Noticias*, que teve, naturalmente, no dever da sua missão, qual é tambem o de acordar energias patrióticas e reacender saudades — a iniciativa da comemoração de ontem, sente-se satisfeito porque na Batalha tudo correu como devia, com grandeza dentro de simplicidade, com emoção no momento proprio, com fervor militar, com fervor civico, com fervor religioso, com fervor — português.

As notas que vão abaixo não dizem senão do que os nossos redactores puderam confiar ao papel. Ainda não se inventou fotografar estados de alma, e a palavra, que mesmo escrita pode ser eloquente, não traduz senão a fisionomia aparente das coisas.

O illustre ministro da Guerra, sr. major Americo Olavo, como chefe do Exercito, e como combatente de honra, deve encontrar-se satisfeito com o acontecimento português que a entrega do Lampadario da Patria ontem representou.

## DENTRO DO TEMPLO

O Bispo da Diocese, ante os officiais-generais, soldados e a multidão, evoca o exemplo dos Mortos

Às 3 horas da tarde a igreja, de linhas frias e esculturais, e em cujos altares todos de pedra os ritos catolicos da Quaresma vestem os crucifixos em mármore de um roxo de seda antiga — está plenamente cheia. Cá em baixo, junto da porta larga, ha o formigueiro de romaria, o vai-vem dos que não ouvem o que lá vai no fundo, e desistem de ficar. Mas na nave central, na capela-mór e junto do pulpito, o espectáculo tem grandeza e recolhimento.

O ministro da Guerra, sr. Americo Olavo, com os officiais-generais Simas Machado e Abel Hipolito, comandantes, respectivamente, da 5.ª divisão e da Escola Militar, e coronel sr. Lacerda e Oliveira rodeado de outros officiais representativos das comissões e das delegações, entre os quais — e são muitos — mais perto os srs. tenente-coronel Alvaro Poço, major Aragão, o de Naulila, comandante Afonso de Cerqueira, capitão Pina de Moraes — ocupa o centro da capela mor. No altar do lado do Evangelho o reverendo prior da igreja, padre Coelho Pereira, coadjutor Nunes Martins, e os seus acolitos, em vestes despidas de grande cerimonial liturgico — começam o officio religioso.

Faz-se uma expectativa maior. Vai falar do pulpito o excellentissimo Bispo de Leiria, D. José Correia da Silva. Veste apenas a batina negra de vivos vermelhos. Não ha sumptuosidade.

— Eu quis vir manifestar do alto do pulpito, sagrado a alegria piedosa do povo desta região por albergar aqui os Soldados Desconhecidos da nossa Raça. Já antes de Camões ter erguido nos «Lusiadas» as façanhas dos portugueses — este templo existia. Já estava erguido este monumento para dar agasalho ás cruzes dos Reis e dos Infantes e dos Cavaleiros e dos Heróis.

Lá em baixo repousa um soldado, quasi desconhecido, que deu a sua vida para salvar a vida do Rei. Agora na sala do Capitulo repousam para a eternidade dois soldados anónimos que deram a sua vida para salvar Portugal.

Este templo é unico pela sua função historica, e esta região compraz-se em agasalhar de futuro os heróis deste seculo como ha seculos agasalha os heróis antigos.

Ha coisas lindas no mundo, as que Deus fez e as que os homens fizeram: os astros e os campos, as paisagens e as cidades. As civilizações modernas, as civilizações antigas, a beleza criadora, os monumentos da Grecia,

do Egipto, de Roma, de Jerusalem. Mas nenhuma beleza é superior áquella que dá o soldado sacrificando a sua vida para deixar immaculada a honra da Patria...

D. José Correia da Silva sustem agora a atenção do auditorio com a sua palavra singela e fluente:

— E assim a missão do soldado tem qualquer coisa do sacrificio da Cruz. Reparem que ele se guia e se faz acompanhar pela Cruz Vermelha, pela Cruz de Espada, pela Cruz da condecoração. Toda a sua vida é uma Cruz, e só Cristo disse que os ricos deviam deixar as suas riquezas para as dividir com os pobres, ele não mandou aos centurios despir as suas fardas.

Deus e Patria são dois amores fundidos, os maiores do homem, e os soldados, que a Batalha guarda no seu seio spuberam sempre realizar esse amor.

O tumulto dos Soldados Desconhecidos não é igual aos tumulos dos cemiterios. A roda dele não ha nem os tons plangentes da morte, nem as carpideiras desganhadas dos vivos. Os que morrem como os Soldados Desconhecidos não morrem, senão aparentemente. Mas os soldados anónimos que ficam eternamente na Batalha bateram-se em Africa pela integridade do territorio e em França pela integridade da Honra portuguesa. Estas mortes não causam lagrimas, mas provocam hinos. Com esses heroismos Portugal mostrou a sua Fé nos seus destinos, a sua Esperança nas suas energias, e a sua Caridade, que é amor, pelos seus filhos. Estas virtudes dão a Religião ligada á Patria.

Por isso os mortos da Patria estão bem dentro deste templo...

Sr. Ministro da Guerra, srs. officiais, soldados combatentes! — O dia de hoje será sempre um grande dia para Portugal! E' um dia de gloria! Lembrai-vos todos dos que lá ficaram nas terras distantes, esses que se sacrificaram para que Portugal continue a ser belor.

Dirijo-me agora á juventude aqui representada, pelas delegações academicas e pelas escolas militares. Debaixo das fardas e das capas bate o coração português, e que ele palpita sempre na contemplação dos exemplos.

E' preciso — srs. officiais e meus irmãos — é preciso que o esforço de Portugal, tão grande e tão doloroso nesta guerra se não dissolva no esquecimento! A Patria, para o seu bem, não é só o vale, o monte, o campo, a nossa casa e a nossa horta, as cidades e as ruas; ela é mais o culto pelas tradições e pelos heróis que por ela morreram. Mocidade segui o exemplo de amor! Meus irmãos, guardai o exemplo dos mortos. E vamos pedir a Deus Nosso Senhor que nos fortaleça com esse exemplo, dando o eterno descanso aos heróis. E demos graças a Deus por nos ter dado na guerra a Vitoria, e mais que tudo por nos ter dado esta Patria, a mais linda do mundo todo!

O discurso de sua excelencia causou uma grande impressão. A multidão, quasi toda dos campos e das aldeias, estava impressionadissima.

Ia começar a cerimonia da Sala do Capitulo.

End. tel. —  
USTO DE CASTRO  
DE JORNALISTAS  
DO "DIARIO DE NOTICIAS" OFERECE  
AUGUSTO DE CASTRO

Os encantos da terra portuguesa residem somente na suavidade do seu grandioso das suas paisagens e na beleza palpi-





# Morreu o pai do bosão de Higgs, uma das maiores descobertas da Física moderna

**1929-2024** Peter Higgs avançou em 1964 com a teoria da partícula fundamental para descrever a física do universo e esperou meio século para a ver confirmada.



Físico britânico morreu aos 94 anos

Peter Higgs recebeu o Prémio Nobel da Física em 2013, juntamente com o belga François Englert, um ano depois de ter visto o laboratório europeu de pesquisa nuclear confirmar a sua teoria.

Vencedor do Prémio Nobel de Física em 2013 pelos seus trabalhos sobre o bosão de Higgs (batizado com o seu nome), o físico britânico Peter Higgs morreu na segunda-feira, aos 94 anos, “depois de uma curta enfermidade”, informou ontem a Universidade de Edimburgo, onde era professor emérito.

Conhecida também como a “partícula de Deus” e considerada um elemento-chave da estrutura da matéria, a partícula do bosão de Higgs foi teorizada pelo cientista britânico em 1964 e a sua demonstração prática demorou quase meio século, até a sua existência ser comprovada pelo laboratório europeu para a pesquisa nuclear, CERN, localizado na Suíça.

Foi a 4 de julho de 2012 que os investigadores do CERN anunciaram ter encontrado a última peça de um quebra-cabeças que estava incompleto há quase meio século, graças à utilização do Grande Colisor de Hádrons, o maior acelerador de partículas já construído. A “peça” em falta era precisamente a

partícula do mundo subatômico proposta por Peter Higgs na década de 60 do século passado.

A teoria de Higgs relacionava-se com a forma como as partículas subatômicas obtêm a sua massa, e é uma parte central do chamado Modelo Padrão, que descreve a física de como o universo é feito. O bosão de Higgs é dos blocos elementares que compõem toda a matéria que conhecemos, por dotar de massa outras partículas, e a comprovação da sua existência é considerada uma das maiores conquistas da Física moderna. Nos esforços para divulgar essa teoria a um público mais amplo, foi batizada como “partícula de Deus”, já que está em todo lugar e, ao mesmo tempo, é esquiua.

Higgs recebeu por isso o Prémio Nobel de Física em 2013, ao lado do belga François Englert, que também teorizou sobre esse campo.

“Peter Higgs era uma pessoa extraordinária, um cientista realmente talentoso cuja visão e imaginação enriqueceram nosso conhecimento sobre o

mundo que nos rodeia”, destacou Peter Mathieson, diretor da Universidade de Edimburgo, na reação à morte do físico. A diretora-geral do CERN, Fabiola Gianotti, celebrou uma “figura imensamente inspiradora para os físicos de todo o mundo, um homem de uma modéstia pouco comum, um grande professor e alguém que explicava a Física de uma forma muito simples, mas profunda”.

Higgs, nascido em 29 de maio de 1929 em Newcastle, norte de Inglaterra, obteve um doutoramento no King's College de Londres. Curiosamente, o primeiro artigo que o investigador escreveu sobre o bosão foi rejeitado pela revista Physics Letters, à altura editada pelo CERN, que anos mais tarde atestou a validade de sua teoria. “Não imaginava de forma alguma que isto aconteceria enquanto estivesse vivo”, declarou o cientista após o anúncio da descoberta do bosão de Higgs pelo CERN, em julho de 2012.

DN com AGÊNCIAS

## BREVES

### Benfica anula bilhetes de adeptos do Marselha

Os jogos do quartos de final da Liga Europa entre Benfica e Marselha vão decorrer sem adeptos do clube visitante nos estádios, depois de a polícia francesa ter proibido ontem os adeptos portugueses de se deslocarem para o jogo no Velódrome, agendado para 18 de abril, e o clube da Luz ter respondido com a anulação dos bilhetes dos adeptos franceses para a partida de amanhã na Luz.

“De quarta-feira, dia 17 de abril, até sexta-feira, dia 19 de abril, está interdito a todas as pessoas que sejam apoiantes do Benfica, ou se comportem como tal, o acesso ao Estádio Velódrome”, indica o comunicado da polícia de Bouches-du-Rhône, divulgado ontem.

Na sequência, o Benfica anulou os bilhetes já emitidos e adquiridos pelos adeptos do Marselha para o jogo desta quinta-feira. Os encarnados dizem que foram alertados pelas autoridades portuguesas “para o elevado potencial de risco quanto à presença de adeptos do Marselha em Lisboa para esse jogo” (na sequência da decisão da polícia francesa) e que, face ao “potencial risco de insegurança”, tomaram a decisão de anular os ingressos dos gauleses.

### José Ornelas continua a ser suspeito de encobrimento

O inquérito do Ministério Público a suspeitas de encobrimento do bispo José Ornelas de abusos sexuais na Igreja Católica continua em investigação, de acordo com informação disponibilizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O Ministério Público (MP) confirmou em outubro de 2022 estar a investigar o bispo, e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, por alegado encobrimento de abusos sexuais, revelando que já houve uma investigação com possíveis ligações a este caso em 2011, quando o atual bispo da Diocese de Leiria-Fátima liderava a Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. Na altura, segundo o jornal *Público*, Ornelas foi confrontado por um professor com supostos casos de abusos sexuais cometidos no Centro Polivalente Leão Dehon, um orfanato em Moçambique dirigido por um padre dehoniano, sendo José Ornelas o alto representante dos dehonianos junto do Vaticano e líder mundial desta congregação. Dados da PGR atualizados ontem mostram também que a maioria dos 45 inquéritos abertos pelo Ministério Público sobre alegados abusos sexuais na Igreja Católica foram já arquivados e apenas nove continuam a ser investigados. Indícios insuficientes, factos já prescritos, falta de meios de prova e morte dos acusados são as principais razões de arquivamento.



**Conselho de Administração** - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascensão **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



5 605290 023002

56601

